

40 anos de tendências temporais de criminalidade em nível nacional (Brasil), regional (Rio Grande do Sul) e municipal (Pelotas), 1982-2022

Autor: Samuel Malafaia Rivero

Colaborador do Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Humano

Janeiro, 2023

SUMÁRIO

Apresentação	3
Metodologia	4
Introdução aos resultados	6
1. A criminalidade violenta urbana no Brasil há 40 anos	11
2. <i>A Acumulação Social da Violência</i> como explicação	12
3. Facções criminais: formação, expansão e impactos no mundo do crime	16
Facções, gangues e outras denominações	17
Estado e facções: precariedade e cogestão das prisões	17
Facções e homicídios no Brasil	22
O Presídio Central de Porto Alegre e a cena criminal gaúcha	23
4. Pobreza e crime: possíveis relações	25
5. Paradigmas de Segurança no Brasil: avanços e recuos do Estado	28
6. O aumento dos homicídios em Pelotas na segunda década dos anos 2000 e suas circunstâncias	35
7. Mudanças na cena criminal de Pelotas pela visão de diferentes atores	41
Referências	61

Apresentação

Ao longo dos últimos 40 anos (1982-2022), o Brasil passou por uma série de transformações políticas, sociais e econômicas. Saiu de um regime político ditatorial, em 1985, e ingressou em um período democrático, com eleições diretas para os principais cargos políticos, entre outras importantes mudanças. Em 1988, foi proclamada uma nova Constituição Federal, denominada de Constituição Cidadã, com diversas inovações em variados campos, especialmente nos direitos e garantias individuais e nas políticas sociais.

Neste mesmo período, a criminalidade e a forma como o poder público a enfrenta também passou por alterações. Mudanças nas dinâmicas do tráfico de drogas ilícitas (CDE, 2021; CHIES e RIVERO, 2019), o fenômeno do hiperencarceramento e da superlotação das prisões - relacionados diretamente com a ascensão e consolidação das facções criminais (MANSO e DIAS, 2018; RODRIGUES, 2019) - entre outros fatores, têm provocado significativas modificações nas formas, relações e comportamentos dentro do contexto de sociabilidades que se desenvolvem em torno do que se chama "mundo do crime" (FELTRAN, 2008; COZZI, 2018). Da mesma forma, as configurações - orientações, objetivos, estratégias - das políticas públicas também acompanharam o quadro de mudanças e transformações (FREIRE, 2009; SPANIOL et al., 2020; TRINDADE e MADEIRA, 2020).

Desde 1982 o Centro de Estudos Epidemiológicos (CPE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) vem realizando uma série de estudos de coorte, acompanhando todos nascidos vivos em 1982, 1993, 2004 e 2015 na cidade de Pelotas-RS. Mais recentemente, o Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Violência (DOVE) começou a realizar pesquisas com o objetivo de investigar, entre outras questões, as causas e consequências da violência, bem como a influência de fatores biológicos, psicológicos e sociais no comportamento violento, a partir dos estudos de coorte desenvolvidos pelo CPE. Nas pesquisas desenvolvidas pelo DOVE foi reconhecido que em Pelotas-RS houve um aumento significativo das taxas de homicídio ao longo do curso dos estudos, desde 1982. Dessa forma, seria fundamental entender as circunstâncias locais, regionais e nacionais para contextualizar as pesquisas com as famílias sobre violência na cidade.

Dentro deste cenário é que surge a presente pesquisa, como uma incipiente investigação que busca identificar os principais aspectos das mudanças no campo da criminalidade e da segurança pública nos níveis federal, estadual e municipal ao longo dos últimos 40 anos (1982-2022), com o objetivo de contribuir na complementação contextual dos referidos estudos.

Metodologia

A pesquisa foi dividida em quatro etapas, realizadas ao longo de 5 meses. O objetivo foi identificar as principais tendências criminais - mudanças e transformações da cena criminal e das políticas de segurança pública - nos níveis federal (Brasil), estadual (Rio Grande do Sul) e municipal (Pelotas) ao longo dos últimos 40 anos (1982-2022).

Como estratégia metodológica estabeleceu-se a realização de entrevistas com atores relevantes no campo da segurança pública (pesquisadores, jornalistas e operadores da justiça criminal), complementada por uma revisão da literatura na área das ciências sociais aplicadas, bem como de leis e políticas públicas relacionadas ao tema da pesquisa.

Inicialmente, para a realização das entrevistas, foi elaborada uma lista de instituições e organizações de interesse (Poder Judiciário Estadual, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Advogados Criminalistas, Brigada Militar, Polícia Civil, Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), jornalistas, pesquisadores). A partir desta lista, foram sendo identificados potenciais atores a serem entrevistados, adotando os seguintes critérios: a) para os pesquisadores e pesquisadoras, reconhecida produção acadêmica no campo das ciências sociais e das ciências sociais aplicadas; b) para os operadores e operadoras do sistema de justiça criminal, atuação durante o período abrangido pela pesquisa; c) para os jornalistas, reconhecida atuação na cobertura de temas relacionados à segurança pública e criminalidade.

Ao final da elaboração da lista de entrevistados e entrevistadas, como forma de atender a abrangência geográfica proposta, optou-se ainda por direcionar as escolhas priorizando: a) pesquisadores e pesquisadoras com produções que tivessem um olhar mais dirigido ao contexto nacional; b) jornalistas que tivessem realizado a cobertura do tema no estado do Rio Grande do Sul; e c) operadores e operadoras do sistema de justiça criminal com atuação na cidade de Pelotas.

Assim, partindo de uma lista inicial com 66 nomes de potenciais entrevistados, fazendo os ajustes já mencionados, bem como excluindo os que não foi possível entrar em contato por falta de informações (número de telefone ou e-mail), ausência de retorno dos contatos realizados ou impossibilidade de agendar a entrevista dentro do prazo definido para esta etapa da pesquisa, foram realizadas 14 entrevistas. Todas elas foram realizadas no segundo semestre de 2022.

As entrevistas foram realizadas tanto presencial quanto virtualmente (*Google Meet*), dependendo da localização, disponibilidade e preferência do entrevistado. Em todas as entrevistas foram captados e gravados os seus respectivos áudios, mediante o prévio ato de consentimento livre e esclarecido sobre o escopo e objetivos da pesquisa, bem como do alerta de que a qualquer momento durante a realização da entrevista, a gravação poderia ser interrompida ou até mesmo excluída, sem que houvesse qualquer prejuízo ou ônus para o entrevistado.

Como roteiro, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, divididas em dois grandes blocos. Em um primeiro momento, logo após a apresentação do projeto e dos objetivos da pesquisa, o entrevistado ou a entrevistada era convidado a contar um pouco sobre a sua trajetória profissional: formação, trabalhos, pesquisas desenvolvidas e como o tema da violência e da segurança pública foi entrando na sua agenda de atividades. Esse primeiro bloco servia tanto para estabelecer uma conexão com o entrevistado, que tinha a oportunidade de compartilhar um pouco sobre a sua história de vida, seus desafios e suas escolhas, valorizando a sua trajetória, bem como para contextualizar as percepções sobre as mudanças nas tendências criminais ao longo das últimas quatro décadas, que era o objeto do segundo bloco da entrevista.

As entrevistas foram programadas para durarem no máximo 1 hora, o que era previamente comunicado ao entrevistado. Procurou-se dedicar ao primeiro bloco entre 15 e 20 minutos no máximo, deixando o restante do tempo para explorar as percepções do entrevistado sobre as mudanças nas tendências criminais e, ao final, sempre era oferecida a oportunidade para o entrevistado explorar algum aspecto que não tivesse sido abordado sobre a temática e ele achasse relevante de acrescentar.

Ainda foram discutidos aspectos da pesquisa, sem que se tenha sido realizada uma entrevista propriamente, com os pesquisadores Bruno Paes Manso, Gabriel Feltran, Luiz Eduardo Soares, Daniel Cerqueira, Aiala Couto e com o jornalista Tiago Muniz. Com todos eles, as conversas se estenderam por diferentes tempos e circunstâncias, como cafés, eventos e encontros fortuitos, quando entre um assunto e outro, foi possível trocar ideias mais gerais sobre os contornos da pesquisa e colher indicações de livros, materiais, abordagens e contatos de potenciais entrevistados.

Introdução

A realidade brasileira é bastante plural, com peculiaridades regionais e locais muito próprias. O Brasil tem uma população de mais de 200 milhões de habitantes, distribuídos em 26 estados e um Distrito Federal, com mais de 5.500 municípios, ocupando uma área de 8.514.876 km², sendo o maior país da América do Sul e o quinto maior do mundo em extensão territorial. Além do mais, de toda a sua área, cerca de 16.000 km são de fronteiras terrestres com 10 dos 12 países sul-americanos. O Rio Grande do Sul é um destes 26 estados, localizado no extremo meridional do país. Com 11.088.065 habitantes, ocupa uma área de 281.748 km², fazendo uma extensa fronteira seca com o Uruguai e a Argentina. Por sua vez, Pelotas é um dentre aqueles mais de 5.500 municípios brasileiros, localizado no estado do Rio Grande do Sul e conta com 324.026 habitantes, sendo o quarto município mais populoso do estado.

Assim, falar de padrões e tendências em toda esta abrangência temporal e territorial não é uma tarefa simples. Ao longo das entrevistas, muitas categorias foram acionadas para tentar explicar as transformações e as tendências criminais no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Pelotas, ao longo das últimas quatro décadas. Contudo, a partir de diferentes visões e referenciais que consultamos ao longo da pesquisa, buscamos construir um mosaico das transformações e das realidades que o mundo do crime sofreu e vem sofrendo no transcorrer dos últimos anos nos três diferentes níveis geográficos.

Rodrigo Azevedo nos explica que a História do Brasil pode ser contada como a História Social da Violência. Segundo o pesquisador, "a sociedade brasileira sempre foi uma sociedade muito violenta, na forma como são tratadas parcelas da população, como a população indígena, negros, mulheres, pessoas em geral de baixa renda". Essas populações sempre estiveram sujeitas a um "controle violento", tanto no contexto informal, "no âmbito da família e em espaços não estatais de convívio", quanto no contexto estatal, do "controle institucionalizado, onde a polícia foi sempre historicamente muito violenta".

Essa perspectiva adotada por Azevedo pode ser complementada pela leitura do historiador Sidney Chalhoub. No livro *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, ao descrever como, em meados do século XIX, o poder público da cidade do Rio de Janeiro orientava o trabalho das autoridades policiais na vigilância das habitações coletivas, os cortiços, Chalhoub destaca que:

Os subdelegados deveriam visitar frequentemente as habitações coletivas, certificando-se de que lá não se encontravam vadios, estrangeiros em situação irregular e pessoas 'suspeitas', ou que causassem 'desconfiança' e 'receios' - uma categoria tão abrangente e ambígua que era potencialmente útil contra quaisquer dos moradores de tais habitações.

Ademais, a "gestão das diferenças sociais na cidade", especialmente a desempenhada pelas forças policiais, sempre levou em consideração a existência de

classes ditas “perigosas” (CHALHOUB, 2017). Para Chalhoub, “a polícia age a partir do pressuposto da suspeita generalizada, da premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros” (CHALHOUB, 2017).

Essa história de violência e autoritarismo tem alguns capítulos que são marcantes nas últimas décadas, no Brasil. Para Azevedo, tem um ponto de inflexão e esse ponto são os esquadrões da morte, a partir dos anos 1950, no Rio de Janeiro. Estes grupos, ligados muitas vezes à polícia carioca, eram contratados para a manutenção da ordem em determinadas áreas da cidade. No podcast *A República das Milícias*¹, o jornalista e pesquisador Bruno Paes Manso conta de maneira bastante detalhada e instigante a formação desses grupos, bem como os seus desdobramentos até chegar no fenômeno atual das milícias.

Manso explica que, em meados dos anos 1960, “ladrões e criminosos passaram a ser vistos como uma grande ameaça aos moradores das metrópoles” e isso gerou um impulso de retaliação por parte da sociedade, que defendia que a criminalidade urbana deveria ser combatida com mais violência. Em determinada perspectiva, as ações de morte e extermínio praticada por certos grupos paramilitares passou a ser justificada como “um meio de defender os interesses do cidadão de bem contra a ameaça dos criminosos” (MANSO, 2020). Isso acabou por fortalecer o que recentemente passou a se denominar como milícia, especialmente no Rio de Janeiro.

De acordo com um interlocutor de Manso, “os homicídios [...] funcionavam como um instrumento para controlar os comportamentos desviantes em seu bairro” (MANSO, 2020). Tal visão foi ganhando mais adesão na medida em que se compartilhava a falsa ideia de que só morria quem, em tese, havia desrespeitado determinadas regras, fosse envolvido com drogas, houvesse roubado ou praticado outro crime na vizinhança. Mais para a frente, poderemos ver como esse conceito de busca da ordem através da violência continua muito presente e se expressando em diferentes realidades.

Aliás, é importante destacar aqui que o Rio de Janeiro é muitas vezes um referencial para entender a história recente da violência no Brasil. Muito do que experimentamos em termos de violência começou ou está diretamente relacionada à realidade carioca. O já mencionado fenômeno das milícias, as dinâmicas e disputas territoriais promovidas e financiadas pelo tráfico de drogas ou a própria organização do mundo do crime através de facções criminais, são alguns exemplos.

Seguindo a sequência cronológica da história recente da violência no Brasil, outro momento importante é a Ditadura Militar (1964-1985). Durante esse período, por volta dos

¹Disponível em: <https://globoplay.globo.com/podcasts/a-republica-das-milicias/0ceedd4b-503a-479e-af28-f0fb3c12e33b/>

anos 1970, aconteceram uma série de prisões políticas de opositores ao regime estabelecido. Muitas dessas pessoas acabaram sendo custodiadas em presídios comuns, permitindo uma conexão direta entre esses grupos e presos comuns. Isso, em alguma medida, levou determinados grupos de presos a incorporar certas estratégias de organização. Foi, então, nesse contexto que surgiu, no presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande (RJ), a Falange Vermelha, grupo que anos mais tarde daria origem ao hoje conhecido Comando Vermelho, uma das mais antigas e conhecidas facções criminais do Brasil.

Na década seguinte, em meados dos anos 1980, surge com força no país o tráfico de cocaína. A ascensão desse mercado permitiu um aumento expressivo da rentabilidade dos grupos criminais que vinham se organizando e se envolvendo com as dinâmicas de compra e venda de drogas. De lá para cá esse mercado só aumentou, suas atividades se diversificaram e os retornos financeiros têm financiado e estimulado a formação de inúmeras organizações criminais.

Em evento realizado pelo jornal Estadão sobre a Amazônia, o diretor do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, chamou atenção para o quanto o tráfico de drogas, em especial o de cocaína, representa em valores atualmente. Disse ele que, “se a gente pegar a produção de cocaína no mundo, que foi de cerca de 2.000 toneladas, em 2021. E a estimativa da Polícia Federal e do Escritório da ONU [PNUD] é de que metade disso passe pelo Brasil. E a gente descontar o que foi apreendido... passou pelo Brasil, sem ser apreendido, 710 toneladas de cocaína. Usando valores de referência para a Europa, que é a principal rota, estamos falando de um valor equivalente a 4% do PIB brasileiro. (...) Eu não estaria errando muito em dizer que isso significa um setor da economia do tamanho do pré-sal brasileiro”². Em valores, esses 4% representam algo em torno de 300 bilhões de reais.

Já Bruno Manso, nos apresenta um pouco sobre como esse dinheiro circula lá na ponta. A partir do que lhe foi narrado por um ex-traficante do Rio de Janeiro, explica que “o traficante paga 8 mil reais o quilo do crack no atacado para ganhar 3 mil por quilo no varejo. No caso de um pó bom, ele custa de 14 mil a 15 mil reais, para ganhar 6 mil de lucro no varejo. Pra ganhar 60 mil de lucro, tem que vender pelo menos 10 quilos.” Assim, Manso conclui que liderando um grupo de cerca de 200 pessoas trabalhando para o tráfico, é possível faturar “cerca de 400 mil a 500 mil reais por mês, com um lucro bruto de 150 mil a 200 mil reais” (MANSO, 2020).

Ainda que os, digamos, custos operacionais do empreendimento sejam relativamente altos, como armamento, munição e o arrego ou a propina para a polícia, os

² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_AmWSetIoAU.

valores são consideravelmente atrativos. E essa atração é uma das responsáveis diretas pelo aumento dos homicídios em todo o país ao longo dos últimos 30 anos.

Foi na década de 1980, com a entrada do tráfico de cocaína, que aconteceu uma importante ascensão da curva de homicídios no Brasil. Primeiro na região sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo, depois se espalhando para todo o território brasileiro, passando pelo nordeste e atingindo recentemente o norte e o sul do país³. De acordo com o pesquisador Gabriel Feltran, em conjunto com outros autores, em quase todos esses casos de elevação das taxas “havia mercados ilegais de alta lucratividade se instalando e sendo disputados por grupos armados” (FELTRAN et al., 2022). São disputas por territórios e poder, acertos de contas, ciclos intermináveis de vinganças e inúmeras execuções.

Nesse período, com o final da Ditadura Militar (1985) em um contexto de transição política, os novos governos democraticamente eleitos encontraram muita dificuldade em coordenar as suas ações com as das polícias. Com as polícias muito dominadas pela lógica autoritária vigente no regime anterior, somado a uma crescente migração populacional do campo para as cidades e incapazes de absorver toda a quantidade de pessoas que rapidamente passou a ocupar em especial os grandes centros urbanos, os novos governos começaram a experimentar um aumento expressivo da violência e da criminalidade.

Para Azevedo, o que aconteceu nesse período pode ser resumido como esse processo de aumento populacional nas grandes cidades, ascensão do tráfico de cocaína, grupos organizados em torno desse mercado de drogas ilícitas e uma grande massa de jovens disputando ali o seu espaço não só na tentativa de obtenção de renda, mas também de reconhecimento. São jovens que o sistema não incorpora, não oferece a eles o mínimo de condições de vida e ainda estão sob a influência de um novo conjunto de transformações sociais. Assim, o desenvolvimento e a produção identitária desses jovens se dá nesse contexto, onde o mundo do crime se torna uma opção, não apenas de sobrevivência, mas também de reconhecimento e identidade.

Na sequência, o que iremos apresentar é um pouco deste contexto, dos diferentes pontos de mudanças e transformações que impactaram o mundo do crime no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Pelotas ao longo dos últimos 40 anos. É um esforço em agrupar visões e interpretações de diferentes atores do campo da segurança pública, tecendo uma costura dos vários fragmentos colhidos durante a nossa pesquisa.

Como forma de dar mais dinâmica e agilidade à leitura, optamos por dividir o texto em pequenos blocos, que dêem conta de apresentar as principais visões e ideias para explicar as tendências criminais dentro desse período. Assim, abordaremos a Criminalidade Violenta Urbana no Brasil, os fatores histórico-sociais que levam a uma *Acumulação Social*

³ Conforme os dados monitorados pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/1/homicidios>.

da Violência no país, a formação e expansão das *Facções Criminais*, os diferentes *Paradigmas de Segurança* que têm guiado as políticas públicas nesse campo, entre outros aspectos que podem nos ajudar a compreender esse complexo quadro das tendências criminais ao longo destes últimos 40 anos.

1. A criminalidade violenta urbana no Brasil há 40 anos

Em 1993, o pesquisador Sérgio Adorno se propôs a realizar uma análise panorâmica das publicações sobre criminalidade desde meados dos anos 1980, período em que ele identificou uma mudança nos estudos científicos sobre o tema, que se deslocou do campo jurídico e veio a se firmar no campo sociológico. Assim, os estudos foram agrupados por Adorno em quatro diferentes categorias: a) movimento da criminalidade, b) perfil social dos delinquentes, c) organização social da delinquência e d) políticas públicas penais.

Na primeira categoria, foram inseridos os estudos que se preocupavam em analisar as "tendências e características das práticas delituosas" (ADORNO, 1993). Ainda que as pesquisas estivessem circunscritas a alguns poucos centros urbanos da época - Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro -, os dados ajudam a construir um primeiro panorama nacional sobre tendências de crescimento e retração de determinados tipos de ocorrências criminais.

No conjunto de estudos identificados pelo autor, publicados entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, há, segundo ele, a confirmação da "tendência ao aumento da chamada criminalidade violenta e organizada (...), indicada pelo elevado crescimento das taxas de roubo, homicídios e tráfico de drogas", como apontam os resultados de um dos trabalhos analisados:

O estudo de Caldeira (1989) sobre a criminalidade na cidade de São Paulo no período 1981-87 revelou que, no início da década, a participação dos crimes violentos no total da massa de crimes registrados oscilava em torno de 20%, chegando a 30% ao final do período. Em termos desagregados, o roubo e as lesões corporais dolosas são as modalidades de crime de maior peso no conjunto de crimes violentos. A partir de 1983, os roubos passam a representar quase a metade do total dessas ocorrências, comportamento que influencia largamente as variações da criminalidade violenta. Os homicídios e tentativas de homicídio também acusaram taxas elevadas de crescimento entre 1982 e 1983 (48% no município de São Paulo), não revelando taxas negativas de variação percentual por cem mil habitantes. Esses dados tendem a ser mais surpreendentes se considerados apenas os homicídios, excluídas as tentativas. Nesse caso, a taxa eleva-se para 53,8% (ADORNO, 1993).

Quando o foco são as causas do crescimento de determinadas ocorrências criminais, como alternativa a percepção de que este movimento pudesse se dar em decorrência unicamente do ingresso de novos atores ao mundo do crime, Adorno chama atenção para o possível "aumento do número daqueles que se especializam e constroem carreiras delinquentiais", revelando ainda, nesse sentido, "a opção preferencial das agências de contenção e repressão ao crime pelos indivíduos já estigmatizados como delinquentes" (ADORNO, 1993).

Já com relação ao perfil social dos delinquentes, os estudos selecionados por Adorno indicam que quem comete estes delitos são pessoas inseridas dentro do perfil da

população pobre. Um estudo de 1986, sobre o perfil dos presos de São Paulo naquela época, revela que "55% dos condenados estavam empregados no momento da prisão. Dos 45% desempregados, 37% haviam perdido o emprego há seis meses ou menos" (ADORNO, 1993). Ou seja, a grande maioria dos presos tinham uma trajetória de ocupação laboral lícita neste período e não carreiras exclusivamente criminais.

2. A *Acumulação Social da Violência* como explicação

Desde meados dos anos 1990, a literatura tem apontado importantes transformações nas tendências e padrões de criminalidade no Brasil (ADORNO, 1995; MISSE, 1999), com um significativo aumento dos crimes violentos, como Sérgio Adorno identificou em sua pesquisa. Nesse sentido, buscando construir uma explicação para o fenômeno, sintetizando os principais fatores envolvidos, Michel Misse construiu um modelo que denominou de *Acumulação Social da Violência*.

O seu modelo proposto agrega três conjuntos de fatores dentro de um contexto histórico e social, que são: a) acumulação social de desvantagens, b) sujeição criminal e c) expansão de estratégias aquisitivas em redes baseadas na informalidade e em mercados ilegais.

O primeiro deles está diretamente associado ao aumento populacional recente experimentado pelos grandes centros urbanos. Misse explica que o acelerado processo de urbanização e aumento populacional, sem a devida absorção de grande parcela da população pelos serviços básicos de saúde, educação, segurança, entre outros, têm levado a uma crescente *acumulação social de desvantagens* e desigualdades ao longo das últimas décadas pela sociedade brasileira (MISSE, 2019).

Para além disso, está em curso uma significativa mudança geracional, onde a sociedade de consumo exerce novas demandas e necessidades de aquisições, especialmente nos jovens. Michel Misse identifica essa mudança como uma "transição cultural de identidades hierárquicas para demandas de identidades sociais igualitárias, produzindo mudança anômica na estrutura familiar, na eficácia coletiva no âmbito da família e das formas de vida vicinais e comunitárias" (MISSE, 2019). Em outros termos, podemos dizer que mudam os referenciais, se deslocando da família para outros atores sociais, por exemplo.

Sobre esse aspecto, Sérgio Adorno comenta que se olharmos a partir do ponto de vista sociológico, a sociedade brasileira teve uma mudança geracional inegável em todos os segmentos sociais e, sobretudo, entre os jovens. Adorno explica que detectou tal transformação quando, por exemplo, realizava entrevistas com familiares de presos. "Eu pegava muitos jovens que diziam basicamente o seguinte: 'Meu pai foi trabalhador na construção civil. Carregava cimento. Carregou cimento por 30 anos. Eu não quero, não

quero fazer isso. Eu não tenho nenhuma identidade com isso'. Eu fui percebendo também que o pai foi desaparecendo no universo simbólico". Para Adorno, essas são "mudanças comportamentais extremamente duras", especialmente em um grupo de pessoas que está lutando pelo mínimo, que é o reconhecimento social.

O segundo fator apontado por Misse, para explicar a *acumulação social da violência*, é o que ele denomina de *sujeição criminal*. Em síntese, muitos destes jovens pobres, gerados e criados dentro destes contextos anteriormente apresentados, sofrem um processo social de criminalização antecipada. São jovens vistos como "propensos" ao crime e rotulados como tal, ou seja, como sujeitos criminais. São aqueles identificados como bandidos, vagabundos (em oposição ao cidadão de bem) e, atualmente, aqueles de alguma forma vinculados aos coletivos ou facções criminais.

Por fim, o terceiro fator apontado pelo pesquisador, é a *expansão de estratégias aquisitivas em redes baseadas na informalidade e em mercados ilegais*. De acordo com Misse, estas estratégias foram "a resposta encontrada, por parcelas de jovens pobres, para produzir resiliência, criar agências de proteção e resistir à acumulação social de desvantagens" (MISSE, 2019). Entretanto, essas estratégias acabaram colocando estes jovens "ainda mais vulneráveis à sujeição criminal e à sua reprodução ampliada para familiares, vizinhos e moradores dos mesmos bairros e comunidades" (MISSE, 2019).

Quando Misse fala em estratégias aquisitivas, ele se refere a maneiras pelas quais as pessoas buscam adquirir recursos materiais, como dinheiro, bens ou até mesmo poder. No entanto, nesse caso ele destaca que, em certos contextos, especialmente entre jovens pobres, essas estratégias podem se desenvolver em redes informais e mercados ilegais.

Essas redes informais são formas de organização social que operam à margem das estruturas convencionais, como, por exemplo, empresas ou instituições formais. Elas podem envolver atividades econômicas informais, como vender produtos sem autorização ou oferecer serviços não regulamentados. Já os mercados ilegais são aqueles nos quais são comercializados bens ou serviços proibidos pela lei, como o tráfico de drogas.

Nesse sentido, Misse argumenta que essas estratégias aquisitivas em redes informais e mercados ilegais são uma resposta encontrada por uma parcela de jovens pobres para lidar com as desvantagens sociais que enfrentam. Essas desvantagens podem incluir a falta de oportunidades de emprego, acesso limitado à educação e à saúde, discriminação e outras formas de desigualdade social.

Essas estratégias podem ser vistas como uma tentativa de produzir resiliência, ou seja, uma forma de resistir e sobreviver diante das dificuldades. Os jovens encontram nessas redes informais e mercados ilegais uma maneira de buscar recursos e proteção, ainda que fora das normas legais estabelecidas.

Juntos, esses três conjuntos de fatores buscam explicar as grandes mudanças ocorridas no contexto de criminalidade brasileiro, em especial as causas subjacentes que

têm contribuído a determinadas trajetórias de vida. O aumento dos índices criminais, especialmente os crimes violentos, como homicídios e roubos. O surgimento, a consolidação e a expansão das facções criminais de base prisional por todo o território brasileiro. E a participação crescente de jovens e a consequente construção de carreiras criminais, muitas vezes vinculadas a comportamentos de extrema violência.

De maneira complementar ao modelo proposto pelo pesquisador Michel Misse, a partir de uma outra perspectiva, identificamos a tese elaborada por Daniel Cerqueira, em 2010. Ao se propor identificar as *Causas e consequências do crime no Brasil*, Cerqueira realiza um esforço no sentido de “reunir informações consistentes que possam contar a história do crime nas últimas décadas, no Brasil” (CERQUEIRA, 2014).

É importante sublinhar, e o autor bem pontua em seu trabalho, que a sua análise está vinculada a uma leitura econômica do fenômeno da criminalidade, dando ênfase, por exemplo, à abordagem da escolha racional.

Partindo da constatação de que, entre os anos de 1980 e 2003, “foi marcado pelo crescimento acentuado, regular e sistemático dos homicídios no Brasil”, Cerqueira investiga quais seriam “os principais fatores criminógenos, demográficos e ambientais” que estariam vinculados a esse contexto, em especial o papel central das armas de fogo.

A primeira conclusão do pesquisador é que “não obstante a tragédia social que representa a violência letal no Brasil nas últimas três décadas, ainda hoje muito pouco se sabe para compor um quadro que permita a compreensão dos fatores que impulsionam a sua dinâmica regular e sistemática” (CERQUEIRA, 2014). Enfim, há uma lacuna de estudos e uma clara ausência de dados e informações sobre violências e crime no Brasil, sendo último uma possível causa direta do primeiro.

O autor destaca, por exemplo, a ausência de indicadores básicos, como efetivo policial, padrão de detenções, aprisionamento e condenações por tipo de delito, taxas de subnotificação e taxas de atrito no sistema de justiça criminal. Como forma de suprir tal falta, Cerqueira elaborou uma base de dados que lhe permitiu investigar o fenômeno da violência desde os anos 1980, no Brasil. Foram analisados diversos indicadores, como efetivo policial, taxas de encarceramento, prevalência de armas de fogo, drogas ilícitas e consumo de bebidas alcoólicas e se eles conseguiam explicar o padrão temporal e espacial dos homicídios no Brasil.

Conforme os resultados apurados e de acordo com estimativas existentes na literatura, Cerqueira concluiu que cerca de 66% da variação da taxa de homicídios no Brasil pode ser explicada pelos fatores analisados, em concordância com a teoria econômica do crime. No entanto, o grau de importância de cada fator mudou substancialmente nos últimos 30 anos.

É destacado também que as adversidades sociais e a disponibilidade de armas e drogas ilícitas na segunda metade dos anos 1980 contribuíram para o aumento da violência

letal. Nos anos 1990, fatores socioeconômicos e demográficos tiveram pouca importância, enquanto a corrida armamentista e o mercado de drogas influenciaram a dinâmica da violência. Já a partir de 2001, elementos como aumento da renda per capita, diminuição da desigualdade de renda, envelhecimento da população e controle das armas de fogo contribuíram para a redução da taxa de homicídios.

Outro ponto importante evidenciado por Cerqueira é a heterogeneidade na evolução regional da letalidade nos últimos anos. Os estados mais violentos conseguiram diminuir as taxas de homicídio, enquanto outros estados viram um aumento expressivo. Na perspectiva do pesquisador, a análise dos fatores causadores desse desempenho mostra que melhorias socioeconômicas tiveram efeitos diferenciados de estado para estado, assim como o envelhecimento da população. O aumento das taxas de encarceramento foi observado em todas as regiões, enquanto a prevalência de armas e drogas variou conforme a proporção de jovens na população.

O autor conclui que os resultados do trabalho são consistentes com a literatura de economia do crime e indicam que a importância dos fatores que impulsionam a violência letal pode variar significativamente de região para região e ao longo do tempo. No entanto, ele reforça que é necessário relativizar as interpretações devido à precariedade dos dados.

3. Facções criminais: formação, expansão e impactos no mundo do crime

Conforme uma estimativa da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), existiam, em 2021, cerca de 53 facções criminais em atividade no Brasil. Dado a dinâmica destes grupos, bem como as diferentes formas de reconhecimento e classificação, esse número pode sofrer inúmeras variações. Em 2017, por exemplo, uma reportagem publicada pela Agência DW Brasil apontava para 83 facções no país (DELGADO, 2017).

No estado do Rio Grande do Sul e no município de Pelotas, a presença desses grupos não é diferente. De acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018-2021): especial eleições 2022*, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em julho de 2022, o estado gaúcho contaria com pelo menos 13 facções - Abertos, Bala na Cara, Os Manos, Comando Pelo Certo, Farrapos, Unidos pela Paz, Os Tauras, Vândalos, Mata Rindo, Grupo K2, Cebolas, PCI e PCC. Destas, pelo três delas teriam suas bases territoriais no município de Pelotas - Os Tauras, Vândalos e Mata Rindo.

Tal fenômeno vem sendo objeto de diferentes pesquisas e investigações recentemente. Michel Misse reconhece que os processos que deram origem ao Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, e depois o Primeiro Comando da Capital, em São Paulo, entre as décadas de 1980 e início dos anos 2000, “vem se verificando, ano após ano, em praticamente todos os estados brasileiros, também a partir do sistema penitenciário ou em conexão com ele” (MISSE, 2019).

Em 2019, uma pesquisa sobre as *Facções e a cena criminal na Zona Sul do Rio Grande do Sul*, analisou as peculiaridades do fenômeno desses grupos no contexto da região indicada, a partir de três dimensões: homicídios, configurações prisionais e mercados ilícitos. O referido estudo constatou, entre outros resultados, um recente movimento de atração da região para o estabelecimento de rotas para o tráfico internacional de drogas (CHIES e RIVERO, 2019).

Utilizando diferentes técnicas de análise geoespacial, um estudo publicado em 2021 pelo Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e ao Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), também identificou “um deslocamento progressivo de rotas de tráfico de maconha em direção ao sul do país”, bem como de cocaína (CDE, 2021). Reforçando a ideia de expansão e resiliência dos grupos que operam esses mercados.

Assim é que muitos questionamentos surgem em decorrência desses números e constatações. Como este fenômeno atingiu a atual proporção? É possível falarmos em

padrões de nacionalização do mundo do crime e das facções? Quais influências e relações determinados grupos estabelecem com outros? Qual o impacto das facções criminais nas tendências de criminalidade no Brasil?

Facções, gangues e outras denominações

O primeiro problema surge na própria denominação e classificação destes grupos. Não há um consenso na literatura. A pesquisadora Marcelli Cipriani, por exemplo, reconhece a fragilidade teórica do próprio conceito de facção criminal, que é o mais empregado atualmente, e que ela resume como “uma forma de viver a criminalidade coletivamente” (CIPRIANI, 2017).

Em uma publicação recente, Gabriel Feltran, junto com outros pesquisadores do tema, ao analisar as *Variações nas taxas de homicídios no Brasil: uma explicação centrada nos conflitos faccionais* (2022), propõe a adoção de três categorias de classificação. *Gangues*, para os grupos locais e pequenos; *facção regional*, para aqueles grupos intermediários, que regulam diferentes gangues em variados municípios; e reservam o termo *facção nacional* para identificar os dois principais grupos, CV e PCC, que, de acordo com ele, “influenciam, regulam ou controlam a atuação de todos os grupos criminais locais” (FELTRAN et al., 2022).

Estado e facções: precariedade e cogestão das prisões

Camila Dias e Bruno Manso, no livro *A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*, publicado em 2018, explicam que as prisões, no Brasil, funcionam como “uma máquina de tear de uma rede ampla e complexa, absorvendo cada vez mais elementos e alargando os nós e as conexões entre eles através da combinação de interesses individuais e coletivos”. Dentre outros elementos, podemos dizer que isso é o que tem feito das prisões um lugar propício para o surgimento e o fortalecimento de grupos criminais organizados.

Celas superlotadas, imundas e insalubres, proliferação de doenças infectocontagiosas, comida intragável, temperaturas extremas, falta de água potável e de produtos higiênicos básicos, homicídios frequentes, espancamentos, tortura e violência sexual contra os presos, praticadas tanto por outros detentos quanto por agentes do Estado, ausência de assistência judiciária adequada, bem como de acesso à educação, à saúde e ao trabalho. Enfatiza estarem as instituições prisionais dominadas por facções criminosas. Salienta ser comum encontrar, em mutirões carcerários, presos que já cumpriram a pena e poderiam estar soltos há anos (MANSO e DIAS, 2018).

Esta é descrição sobre o quadro fático do sistema penitenciário do Brasil, que deu origem a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 347, no Superior Tribunal Federal (STF), em setembro de 2015. Uma ADPF é um tipo de ação proposta

diretamente ao STF com o objetivo de evitar ou reparar algum tipo de lesão provocada pelo poder público às garantias e direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, ou seja, é quando o próprio Estado faz ou deixar de fazer algo que atinge frontalmente os direitos básicos de um determinado grupo de pessoas.

Dentre outros pedidos, a partir dessa ADPF foi solicitado que o STF reconhecesse a figura do “estado de coisas inconstitucional” relativo ao sistema penitenciário brasileiro e que adotasse providências, em razão de lesões a preceitos fundamentais dos presos decorrentes de ações e omissões dos Poderes Públicos da União, dos Estados e do Distrito Federal. Inclusive, um dos advogados que acompanhou a proposição desta ação, em sua sustentação oral perante os ministros do Supremo, disse que “não há, talvez, desde a abolição da escravidão, maior violação de direitos humanos no solo nacional [...] Trata-se da mais grave afronta à Constituição que tem lugar atualmente no país”.

A gestão prisional e a gestão das políticas penais no Brasil são dois temas repletos de lacunas e incompreensões. Em regra, as unidades prisionais são geridas conforme o entendimento de cada gestor e de cada agente. Não há um modelo ou uma estrutura padrão de gestão e governança. As decisões são tomadas por espasmos, de improviso, conforme a escolha imediata de cada um. Só para termos uma ideia, conforme os dados coletados pelo Infopen, o sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, em 2014, 30% das unidades prisionais no Brasil sequer tinham um regimento interno para organizar o seu funcionamento.

No geral, como bem pontua o pesquisador Felipe Athayde Lins Melo, “os serviços penais são marcados por ausências: ausências de planos e políticas, ausências de recursos, ausências de parâmetros, ausências de profissionais, ausências de espaços e, até mesmo, ausências de carreiras profissionais e de arranjos setoriais” (BRASIL, 2020).

Se existe um padrão, podemos dizer que esse padrão é no foco que direciona essas tomadas de decisões momentâneas e espasmódicas: que é a segurança e a contenção. A preocupação maior e na grande maioria dos casos é com a segurança das unidades. As rotinas, os fluxos e os processos são adaptados a pretensamente garantirem a sua segurança, mas sempre através da lógica da contenção e não de outra estratégia.

O restante da administração funciona numa espécie de cogestão entre o Estado e os presos, na maior parte das vezes organizados em coletivos ou facções criminais. Nesse sentido, Marcell Cipriani narra uma situação ocorrida no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), no Rio Grande do Sul, que é bastante ilustrativa desse processo.

Sobre o surgimento da facção denominada de Brasas, em 1997, dentro do Presídio Central, explica Cipriani que este se deu

após acordo proposto pela BM [Brigada Militar] a um apenado com quem ‘simpatizava’ - Valmir Pires, também conhecido como ‘Brasa’”. Ainda de acordo com a pesquisadora, “a proposta fora de que Brasa ocupasse um dos pavilhões do PCPA, podendo preenchê-lo com apenados de sua confiança. O lugar deveria permanecer limpo e organizado, e o grupo deveria se comprometer a não fazer motins e rebeliões (que haviam sido tradicionalmente condicionados pela precariedade do Central), e com não organizar tentativas de fuga (frequentes durante os últimos anos de gestão do PCPA pela SUSEPE). Em troca, teriam certa autonomia na gestão do pavilhão que, caso permanecesse em ordem e paz, não seria duramente monitorado (CIPRIANI, 2017).

Enfim, esse é apenas um exemplo e uma das formas como as facções surgem de maneira simbiótica à atuação do Estado na gestão das prisões no Brasil. Na região do município de Pelotas, essa situação também não é diferente. As altas taxas de ocupação, são um dos inúmeros problemas estruturais que os estabelecimentos prisionais têm enfrentado ao longo dos últimos anos, como podemos verificar nos dados de 2018 (TABELAS 1 e 2)

TABELA 1 - Taxa média de ocupação e população carcerária total nas Regiões Penitenciárias do Rio Grande do Sul, em ordem de taxa de ocupação - dezembro de 2018

Região Penitenciária/Sede	Taxa média de ocupação	População carcerária total
4ª - Alto Uruguai/Passo Fundo	185,19%	3.691
5ª - Sul/Pelotas	173,67%	2.949
7ª - Serra/Caxias do Sul	160,44%	3.156
6ª - Campanha/Santana do Livramento	159,63%	3.188
3ª - Missões e Noroeste/Santo Ângelo	153,40%	2.729

8ª - Vale do Rio Pardo/Santa Cruz do Sul	128,03%	2.681
2ª - Central/Santa Maria	110,23%	2.294
Casas Especiais	96,15%	6.484
9ª - Carbonífera/Charqueadas	92,54%	7.112
1ª - Vale dos Sinos e Litoral/Canoas	87,34%	6.268

Fonte: adaptado de Chies e Rivero, 2019, com dados da SUSEPE/RS.

TABELA 2 - Capacidade de engenharia, População carcerária total e taxa de ocupação dos Presídios Estaduais (PE) e demais estabelecimentos prisionais da 5ª Região Penitenciária do RS - dezembro de 2018

Estabelecimento prisional	Capacidade de engenharia	População carcerária total	Taxa de ocupação
PE de Camaquã	94	296	314,9%
Anexo do PE de Camaquã	96	100	104,2%
PE de Canguçu	38	73	119,7%
Anexo do PE de Canguçu	22	31	59,6%
PE de Jaguarão	38	95	113,1%

Anexo do PE de Jaguarão	14	35	92,1%
PE de Santa Vitória do Palmar	48	127	264,6%
PE de Rio Grande	448	907	202,4%
Anexo do PE de Rio Grande	120	0	0%
Presídio Regional de Pelotas	382	1059	277,2%
Anexo do Presídio Regional de Pelotas	90	41	45,5%
Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico	185	182	98,4%

Fonte: adaptado de Chies e Rivero, 2019, com dados da SUSEPE/RS.

Ainda de acordo com os dados apresentados por Chies e Rivero, em 2019 o Presídio Regional de Pelotas (PRP) tinha parte da gestão das suas quatro galerias divididas entre três diferentes facções. A facção Os Tauras ocupava as Galerias A e B; Vândalos, a C; e Mata Rindo, a D (CHIES e RIVERO, 2019).

Dos três grupos, Os Tauras são os que aparecem como o mais estruturado e organizando, contando inclusive com um Estatuto próprio. Entre outros registros, como a sua possível data de criação, em 23 de julho de 2009, também constam regras sobre a disciplina e a hierarquia dos membros faccionados, deveres de lealdade ao grupo e o seu propósito de crescimento.

Nesse conjunto de regras estabelecidos pelo grupo, chama atenção algumas diretrizes diretamente relacionadas à regulação do mundo do crime, como o trecho que adverte:

Fiquem bem claro que estupradores, caguetas e matadores de crianças não tem em nossa organização, Os Taura respeitam famílias de nossos contra, caso

mexerem com a nossa família vão ter suas famílias exterminadas, aí o nosso Taz se manifesta olho por olho e dente por dente.⁴

Facções e homicídios no Brasil

Como já mencionamos anteriormente, a partir da década de 1980 diferentes regiões do país experimentaram períodos de escalada das taxas de homicídios. De acordo com Feltran e outros autores, em quase todos esses casos de elevação das taxas “havia mercados ilegais de alta lucratividade se instalando e sendo disputados por grupos armados” (FELTRAN et al., 2022).

Longe de serem eventos difusos e aleatórios, para os pesquisadores e pesquisadoras os homicídios são “bastante concentrados no tempo, no espaço e em grupos sociais, etários e raciais específicos”. Em regra, cada vez mais os homicídios estão relacionados à disputas dentro das dinâmicas faccionais que se estabeleceram no Brasil, vitimando principalmente jovens, “operadores baixos dos mercados ilegais de drogas, armas, veículos roubados e contrabando” (FELTRAN et al., 2022).

Nesse sentido é que Feltran, juntamente com outros pesquisadores e pesquisadoras, argumenta no artigo intitulado *Variações nas taxas de homicídios no Brasil: uma explicação centrada nos conflitos faccionais* (FELTRAN et al., 2022), que “a dinâmica de conflitos faccionais - condicionada por guerras e pacificações entre facções nacionais e regionais, e delas com gangues e polícias - é de longe a principal causa da variação notável em taxas agregadas de homicídio no Brasil nas últimas duas décadas” (FELTRAN et al., 2022).

Mais do que isso, a conclusão de um outro estudo, organizado por Ricardo Cordeiro, é que estar envolvido na operação de mercados ilegais “amplia em 19 vezes a chance de ser vítima de homicídio, superando qualquer outro preditor relacionado ao perfil social da vítima” (CORDEIRO, 2022).

Ademais, dentre os achados identificados por Feltran é importante destacar que em todos os quatro municípios analisados na pesquisa empreendida (São Paulo-SP, Porto Alegre-RS, São Luís-MA e Maceió-AL), as facções surgem nas unidades prisionais. Além disso, as regras e diretrizes disciplinares determinadas pelos grupos, avançam para fora das prisões, impactando o dia-a-dia das regiões periféricas da cidade onde os grupos têm conexões, as também chamadas *quebradas* (FELTRAN et al., 2022).

Por fim, e talvez o mais significativo, é que “disputas pelo controle de mercados ilegais e pelo ordenamento dos conflitos cotidianos entre facções é, de longe, a principal

⁴ Uma cópia do documento, escrita à mão, foi acessada a partir de uma fonte anônima. A citação procurou preservar a escrita original.

causa das variações notáveis nas taxas de homicídio no Brasil nas últimas décadas”, conforme conclui o estudo (FELTRAN et al., 2022).

O Presídio Central de Porto Alegre e a cena criminal gaúcha

Construído em 1959 para ser uma referência em infraestrutura para outras unidades prisionais no estado, o Presídio Central de Porto Alegre recebeu da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário Brasileiro, formada pela Câmara dos Deputados para investigar a situação penitenciária no país, em 2015, o título de ser “um dos piores e mais insalubres presídios” (BRASIL, 2008). Em 2018, sua capacidade de engenharia era para receber no máximo 1.824 presos, mas amontoava 4.386.

Mais do que um depósito insalubre de seres humanos, o Central, como era conhecido, foi um dos grandes protagonistas da cena criminal gaúcha nas últimas décadas. Dado o tamanho da massa carcerária e a precariedade estrutural, o processo de gestão não podia ser diferente do que já apontamos anteriormente.

O jornalista Renato Dornelles, em seu livro *Falange Gaúcha: o presídio Central e a história do crime organizado no RS*, explica a divisão administrativa do presídio da seguinte forma: O lado externo recebia a vigilância da Brigada Militar. Dentro dos muros, o controle era exercido por agentes penitenciários. No interior dos pavilhões, mandavam os presos. A guarda praticamente não entrava nas galerias. O contato entre a massa e os administradores era feito pelos chamados plantões de galerias, presos que gozavam de algumas regalias.

Dornelles ainda ressalta que o estado experimentou um aumento dos índices de criminalidade a partir dos anos 1980. Apesar de associar esse aumento à crise econômica que assolava o país nessa época, não deixa de reconhecer a concomitância entre a escalada da violência nas ruas e a superlotação nos presídios no estado.

De maneira complementar, o também jornalista Humberto Trezzi, explica que na história recente do mundo do crime no Rio Grande do Sul, ele identifica um perfil de líderes de facções que estabeleceram as suas carreiras criminais a partir do cometimento de homicídios, como “matadores”. O que, na sua visão, poderia se configurar como uma diferença em relação a outros grupos criminais do país.

Ainda de acordo com o Trezzi, ao longo dos últimos 40 anos “mudou o perfil do crime” no país. “O crime que era avulso e desorganizado, praticado por quadrilhas de bairro, começou a se coligar, a ter grandes chefes responsáveis por determinadas regiões da cidade ou até por determinadas cidades”, explica ele. Não só o tráfico, como se costuma falar, mas o crime em geral, destaca o jornalista, já que, nas suas palavras, “quem chefia o tráfico, em geral também controla os outros crimes”. O crime organizado, responsável pelo gerenciamento do tráfico de drogas na cidade, também acaba atuando em outras frentes criminais, por exemplo, receptando produtos roubados, aluga armas de fogo para o cometimento de outros crimes.

Nesse sentido, como forma de ilustrar essa constatação, Trezzi compartilha uma experiência que teve durante a apuração de uma reportagem:

Eu fiz uma matéria, uma vez, em 2007. A gente [ele mais outro colega jornalista] conviveu durante um tempo com uma quadrilha de traficantes aqui, na Vila Cruzeiro [em Porto Alegre], com a permissão deles. Eles embolavam drogas e tal. A sede deles era num bar. Eles tinham armas ali que eles emprestaram para os ladrões. (...) Nós fizemos a matéria em três recortes. A *firma*, como eles chamam o tráfico. Lá no Rio [de Janeiro] eles chamam de *movimento*, aqui no Rio Grande do Sul é a *firma*. Depois nós fizemos o cotidiano de uma viciada, acompanhando, inclusive a sua busca por drogas, vendo coisas de casa. E depois um policial infiltrado em quadrilhas, que trabalhava sem mostrar o rosto. (...) Essa quadrilha que nós acompanhamos, alugava armas para os ladrões. O cara tinha que devolver parte do que ele obtivesse [no roubo]. E a gente assistiu ao cara alugando as armas.

Por fim, o jornalista conclui que “tudo no mundo se organizou e o crime se organizou ainda mais; mais do que as polícias em determinado momento”. Essa visão de organização e transformação do mundo do crime ao longo dos últimos anos é também identificada pela pesquisadora argentina Eugenia Cozzi.

Em sua tese de doutorado, *De ladrones a narcos: violencias, delitos y búsquedas de reconocimiento*, publicada em 2022, a pesquisadora relaciona todo esse contexto de mudanças e transformações às próprias transformações ocorridas nos mercados ilícitos internacionais, a partir de um trabalho etnográfico realizado ao longo de uma década na cidade de Rosário, interior da Argentina.

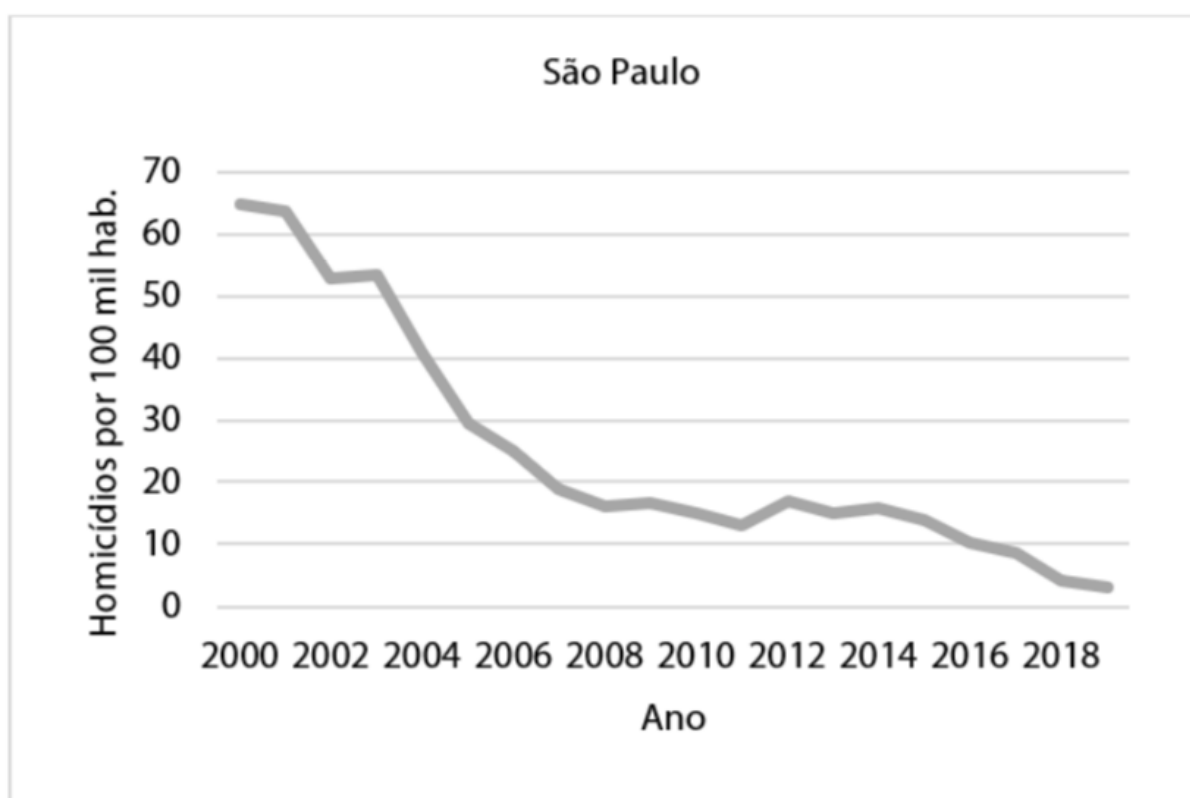
Chama atenção um dos pontos de partida da tese de Cozzi, que logo na abertura do seu trabalho relata o encontro que teve com um antigo jornalista especializado em temas criminais da cidade objeto de sua pesquisa. Ao buscar notícias e informações sobre a cena criminal de Rosário, a pesquisa deparou-se certa vez com este jornalista que lhe explicou que: “*En Rosario ya no quedan ladrones, todos se pasaron a la venta de drogas, es mucho más seguro y mucho más redituable, ahora todos los pibes quieren ser narcos.*” (COZZI, 2022).

Dentre outras constatações, a pesquisadora também pontua que ao passo que conquistavam mais recursos por meio do tráfico de drogas, a nova classe do mundo crime, denominada por ela de *narcos*, passava a gozar de maior reputação e poder nas suas comunidades, se diferenciando da geração anterior de *ladrones*. Essa transformação levou, inclusive, a uma forma mais direta e ativa de regulação da própria criminalidade e violência nos territórios onde exerciam domínio.

4. Pobreza e crime: possíveis relações

O pesquisador Ignacio Cano explica que a região sudeste do Brasil tem experimentado um movimento bastante forte no sentido de queda progressiva da violência. Talvez a cidade de São Paulo seja o exemplo mais marcante hoje. No início dos anos 2000, a cidade registrava taxas acima de 60 homicídios para cada 100 mil habitantes e, menos de 20 anos depois, essa taxa já estava muito próxima de zero (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1 - Taxas de homicídios por 100 mil habitantes na cidade de São Paulo, entre 2000 e 2019



Fonte: Extraído de FELTRAN et al (2022), elaborado a partir da base de homicídios do Datasus, grupos CID 10 X85-Y09 e Y35-36 e população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tabela 2093.

Neste mesmo período em que se verificava a queda das taxas no sudeste, regiões do norte e nordeste do país registravam um aumento da violência. De acordo com Cano, “isso foi muito importante também, porque desmistificou a visão tradicional da esquerda latinoamericana e brasileira de que a violência era um epifenômeno da exclusão social, da pobreza, da desigualdade”. Destaca ele que, sem ignorar a influência da desigualdade na violência, sobretudo quando são feitas comparações no cenário internacional, “fica claro que uma melhora na situação econômica ou uma redução da exclusão social, não é sinônimo de uma redução automática e imediata da violência”.

“Houve programas de transferências de renda muito importantes nos anos 2000, redução da pobreza, melhor medida da desigualdade, mas tudo isso foi acompanhado, no nordeste, de uma explosão dos homicídios e da violência”, conclui o pesquisador. Contudo, Cano ressaltava que o que importa decisivamente nas investigações que buscam identificar relações entre pobreza, desigualdade e violência é a unidade de análise.

Em estudos realizados por Ignácio Cano, junto com outros pesquisadores, se identifica que no nível internacional, ao se comparar diferentes países, a violência letal está diretamente relacionada à desigualdade. Ainda que, destaque o pesquisador, “parte desse resultado decorre justamente do fato de que a América Latina é um continente, ou subcontinente, muito violento e muito desigual ao mesmo tempo”.

Ao comparar, no início dos anos 2000, a violência letal entre diferentes estados brasileiros, Cano identificou que a grande diferença estava no grau de urbanização das regiões, “os estados mais urbanizados eram os estados mais violentos”. Já na comparação entre cidades o que mais se destacou na correlação com as taxas de homicídios foram: “1) a renda média do quinto mais pobre da população, não a renda geral, mas a renda dos 20% mais pobres da população. 2) a educação, sendo o sistema educacional muito importante para prever os níveis de homicídios municipais” (RIBEIRO & CANO, 2016).

Avançando ainda mais no detalhamento da unidade de análise, quando o olhar é direcionado para a realidade intramunicipal, dos bairros e territórios locais, a renda parece ter uma influência mais forte. As taxas de homicídios, de acordo com Cano, são “sempre em áreas periféricas, pobres, nunca se dão em lugares de classe média e alta. Dentro da cidade a diferença é brutal, às vezes de 7 para 1. A gente encontrou no Rio [de Janeiro] taxas que eram 7 vezes superiores em algumas regiões em relação a outras”.

Mais recentemente, ao promover análises quali-quantitativas sobre as relações entre territórios e homicídios, Gabriel Feltran junto com outros pesquisadores e pesquisadoras afirmam que “os homicídios não se concentram nas áreas mais precárias das cidades, mas nas fronteiras entre bairros marginalizados e zonas afluentes” (FELTRAN et al., 2022).

Ainda, para além da pobreza, a pesquisadora Alba Zaluar vai destacar o papel relevante das sociabilidades no incremento da violência, especialmente a letal, verificado no Brasil a partir do final da década de 1970. Debruçada em dados etnográficos, levando em consideração o que pensam e como os moradores de áreas periféricas do Rio de Janeiro classificam as suas práticas sociais, Zaluar aponta que “a autoridade dos homens adultos sofre um duro golpe das novas formas de contestação dos jovens revoltados (com arma na cintura)” (ZALUAR, 2012).

É importante destacar que a pesquisadora adverte que não há uma negação de “que a pobreza tivesse algum impacto na disseminação das atividades criminosas no Brasil”. O que ela busca argumentar é que não se pode “tomar a pobreza como a determinação (econômica) do crime em uma *démarche* determinista da sociologia objetivista que toma a causalidade em linha reta e direção única, excluindo a subjetividade e a indeterminação” (ZALUAR, 2012).

Assim, para compreender o fenômeno da violência nas últimas décadas no Brasil, segundo a antropóloga, é preciso também explorar mudanças na sociabilidade, nas formas de pensar e nas sensibilidades dos jovens inseridos no mundo do crime. Valendo-se da sociologia figuracional de Norbert Elias, Zaluar conclui que há no Brasil “um retrocesso nos códigos de conduta e no autocontrole individual”, diretamente responsáveis pelo aumento da criminalidade violenta (ZALUAR, 2012).

Partindo de uma outra perspectiva, recente estudo de coorte publicado em agosto de 2022, na revista *Scientific Reports*, fez uma análise de 22 fatores de risco para o envolvimento criminal de jovens. Durante sete anos foram acompanhadas cerca de 1.900 crianças brasileiras, dos 10 aos 17 anos de idade. De todas, em 4,3% foram identificadas condenações criminais, principalmente por roubo e tráfico de drogas. “Embora a maioria das crianças em situação de pobreza não tenha apresentado condenação criminal (89%), a pobreza no início do estudo foi o único fator de risco modificável significativamente associado ao crime (OR 4,14, 99,8% CI 1,38–12,46) com um PARF de 22,5% (95% CI 5,9–36,1%)”, concluiu o estudo (ZIEBOLD et al., 2022).

5. Paradigmas de Segurança no Brasil: avanços e recuos do Estado

Ignacio Cano explica que até a década de 1970, “o crime era concebido basicamente como um problema de polícia”. Foi a partir do aumento significativo das taxas de criminalidade, entre os anos 1980 e 1990, que a segurança entrou para a “agenda política e social” do país, “da qual não sairia nunca mais” (CANO, 2006).

Entretanto, ao longo destas últimas décadas, as visões e interpretações sobre o que é segurança assumiram diferentes sentidos nas políticas públicas implementadas no Brasil. Assim, como forma de identificar essas transformações e marcar as mudanças de sentido, uma solução teórica encontrada pela literatura especializada foi a categorização em três diferentes paradigmas: segurança nacional, segurança pública e segurança cidadã.

Adotada por diferentes autores, esta solução tem se mostrado como uma importante ferramenta de análise e compreensão do contexto das políticas públicas brasileiras. A melhor forma de apresentar estes paradigmas é a partir dos seguintes quadros formulados por Moema Freire (2009):

QUADRO 1 - Síntese do paradigma de Segurança Nacional

Dimensão de análise	Descrição
1. Objetivo	Proteção dos interesses nacionais, associados às preferências dos detentores do poder.
2. Contexto histórico	Ditadura militar.
3. Conceito de violência	Ameaça aos interesses nacionais, soberania e ordem pública. Atos contra o Estado e a elite no poder.
4. Papel do Estado	Eliminação de qualquer ameaça aos interesses nacionais, podendo ser adotados quaisquer meios para o alcance do objetivo. Foco na atuação das Forças Armadas.
5. Papel dos indivíduos	Submissão plena aos interesses nacionais, definidos pela elite no poder. Indivíduos não participam das decisões. Direitos cassados.
6. Estratégia de política pública	Serviço de informações e inteligência para identificação de ações potencialmente ameaçadoras à ordem e interesses nacionais. Criação de instituições de repressão a qualquer ato percebido como subversivo.

Fonte: adaptado de FREIRE, 2009.

QUADRO 2 - Síntese do paradigma de Segurança Pública

Dimensão de análise	Descrição
1. Objetivo	Preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
2. Contexto histórico	Redemocratização do país, elaboração da nova Constituição Federal, fortalecimento da cidadania, movimento de descentralização e fortalecimento das competências dos estados e municípios.
3. Conceito de violência	Ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio.
4. Papel do Estado	Controle e prevenção da violência. No entanto, maior foco é dado às estratégias de repressão à violência. Papel preponderante das instituições policiais na implementação da política de segurança.
5. Papel dos indivíduos	Direito ao voto é restabelecido. O texto constitucional menciona que a segurança é papel de todos. No entanto, na prática, os indivíduos possuem pouca participação na política. Indivíduos como beneficiários das políticas de segurança.
6. Estratégia de política pública	Foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência. Papel central dos estados na implementação das políticas de segurança, com o estabelecimento de diretrizes principais pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Sistema Único de Segurança Pública: estratégia de articulação entre os estados e integração de informações e ações.

Fonte: adaptado de FREIRE, 2009.

QUADRO 3 - Síntese do paradigma de Segurança Cidadã

Dimensão de análise	Descrição
1. Objetivo	Promoção de convivência e cidadania, prevenindo e controlando a violência.
2. Contexto histórico	Consolidação dos direitos de cidadania, fortalecimento da participação social e da atuação da sociedade civil. Crescimento da violência, demandando formas mais efetivas de prevenção e controle.
3. Conceito de violência	Fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos. Violência é multicausal, por isso demanda uma estratégia multissetorial de prevenção e controle.
4. Papel do Estado	Implementação de políticas setoriais articuladas, com foco no âmbito local. Governo federal, estados e municípios possuem papel nesse processo. Além das instituições policiais, instituições responsáveis pelas políticas sociais também participam da política. Nova importância é conferida à gestão local da segurança, em contraste com a perspectiva anterior que mantinha a esfera de atuação concentrada principalmente no âmbito estadual e federal.
5. Papel dos indivíduos	O cidadão é central nessa perspectiva. O indivíduo é o centro da política e seu principal beneficiário, possui papel preponderante na gestão local das políticas de Segurança Cidadã.
6. Estratégia de política pública	Implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência. Fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade.

Fonte: adaptado de FREIRE, 2009.

É importante destacar que tais paradigmas configuram-se como ferramentas teóricas de análise, não podendo ser considerados como retratos estanques e definitivos de determinadas realidades político-histórico-sociais, que são complexas e dinâmicas. De forma bastante sintética, eles nos ajudam a destacar e colocar em perspectiva elementos centrais dentro de certos contextos, bem como os sentidos que determinadas categorias, como violência e segurança, assumem e são enfrentadas.

Nesse sentido, quando lançamos um olhar panorâmico sobre os Planos Nacionais de Segurança Pública desenvolvidos ao longo das últimas duas décadas, percebemos avanços e retrocessos, além de sobreposições entre os sentidos e composições assumidos (QUADRO 5).

QUADRO 4 - Síntese comparativa dos Planos Nacionais de Segurança, de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a Jair Bolsonaro.

Presidente/ Plano Proposto	Período	Visão de Segurança Pública	Metas	Meios para operacionalizar	Paradigma
FHC (PNSP)	1999-2002	Preventiva e Repressiva. Segurança Pública como um problema social.	Desarmamento e controle de armas. Combate ao narcotráfico e ao crime organizado.	Atuação de diferentes órgãos em todos os níveis.	Segurança Pública
Lula (PRONASCI)	2003-2006	Preventiva. Ações integradas de segurança pública e políticas sociais.	Promover o acesso à justiça para a população dos territórios de descoesão social. Intensificar e ampliar as medidas de enfrentamento ao crime organizado e à corrupção policial. Promover os direitos humanos.	Execução no âmbito federal, estadual e municipal. Resgate de jovens em situação de desagregação familiar. Foco territorial, social e etário. Programas voltados aos jovens, às mulheres, aos policiais. Territórios da Paz.	Segurança Cidadã
Dilma (PNRH)	2015-2016	Preventiva e repressiva. Ações focadas nos estados com altas taxas de homicídios.	Promover a interdisciplinaridade e integração. Busca da redução constante das taxas de homicídio.	Forte atuação dos entes federados. Governo Federal tem função de apoio aos governos (estaduais) na produção e na gestão das ações.	Segurança Pública/Segurança Cidadã
Temer (Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social)	2017-2019	Preventiva e repressiva. Atuação de forma incisiva no combate ao crime organizado, aos fluxos de sua alimentação.	Definição de metas, objetivos e estratégia compatível com as diretrizes e objetivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e	Federalismo compartilhado, em nome da vida e da segurança contra a violência em todos os níveis. SUSP. Criação de delegacias especializadas	Segurança Pública

			Social para o Brasil (ENDES)	em homicídios e outros crimes. Núcleos de análise criminal nas Unidades da Federação.	
Bolsonaro (Pacote Anticrime)	2019-2020	Repressiva. Medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência à pessoa.	Mudanças no Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal. Medidas para endurecer o cumprimento das penas.	Alterações legislativas	Segurança Pública/com traços da Segurança Nacional

Fonte: adaptado de TRINDADE e MADEIRA, 2020.

A preocupação com a segurança pública, dentro de uma perspectiva de proteção das pessoas, buscando reduzir os indicadores criminais do país, é algo recente na história política nacional. Ignácio Cano pontua que, “no Brasil, a segurança pública é fundamentalmente da competência dos estados”, que exerce por meio das suas forças policiais: polícia civil (responsável pela investigação) e polícia militar (policimento ostensivo).

Foi somente na década de 1990 que o Governo Federal passou a direcionar esforços para o campo da segurança. Tal impulso se deu por dois acontecimentos marcantes. O primeiro foi em 1992, no estado de São Paulo, quando a Tropa de Choque da Polícia Militar, a pretexto de conter uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, provocou a morte de 111 detentos. Tal episódio ficou conhecido como o Massacre do Carandiru e até hoje tramitam na Justiça processos relacionados ao caso⁵.

Já o segundo episódio foi o sequestro do ônibus 174, no Rio de Janeiro, em 12 de junho de 2000. O sequestro de 10 passageiros dentro de um ônibus na capital carioca teve um desfecho trágico transmitido ao vivo em rede nacional. Ao tentar matar o sequestrador, a polícia acabou acertando todos os tiros na refém que estava com ele. Logo em seguida, o sequestrador acabou sendo morto pela polícia dentro da viatura que o levava para o hospital⁶.

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/02/massacre-do-carandiru-30-anos-da-maior-chacina-numa-prisao-brasileira.ghtml>. Acesso em 12/12/2022.

⁶ Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/sequestro-do-onibus-174/noticia/sequestro-do-onibus-174.ghtml>. Acesso em 12/12/2022.

Esses dois acontecimentos de grande repercussão, somados ao aumento constante das taxas de criminalidade no país, desde o anos 1980, provocaram o Governo Federal a buscar formas de enfrentar a violência. Contudo, as iniciativas e as agências criminais não foram capazes de estabelecer mudanças definitivas no campo da segurança pública no país. Muito dessa dificuldade pode ser atribuída às resistências estruturais, expressadas na forma como se encara o crime e a violência, como já pudemos destacar lá no início, onde a ideia de que a violência e a criminalidade devem ser combatidas com uma violência ainda maior.

Entretanto, alguns contextos de avanços merecem ser destacados. Um deles é o recente papel que municípios têm assumido, especialmente no âmbito da prevenção das violências, ainda que a quase que concomitante expansão das guardas municipais reforce também a perspectiva repressiva no contexto local.

Mais próximos das realidades sociais e da própria comunidade, muitos municípios têm se engajado na promoção de políticas públicas de segurança. São programas de prevenção intersetoriais; articulações diretas com as representações locais das forças de segurança de outras esferas, em especial com as Polícias Cíveis e Militares; e reformulações na própria arquitetura institucional do município.

Estudos recentes demonstram como a pauta da segurança pública se consolidou na realidade política dos municípios, inclusive daqueles menores e mais afastados das capitais e regiões metropolitanas (CHIES e RIVERO, 2019). Além disso, também é verificável um constante processo de institucionalização dessas mudanças.

No município de Pelotas, desde 1990 são verificadas iniciativas nesse sentido, com uma intensificação nos últimos anos. Foram criadas estruturas municipais, como a Guarda Municipal, em 1990; Conselho Municipal de Segurança Pública, em 2003; Gabinete de Gestão Integrada Municipal, em 2011; bem como políticas públicas voltadas diretamente para a segurança pública (QUADRO 6).

QUADRO 5 - Iniciativas institucionais do Município de Pelotas no campo da segurança pública

Iniciativa	Ano	Descrição
Guarda Municipal - Lei 5.828/11	1990	Instituição uniformizada, destinada à proteção dos bens, serviços e instalações do Município.
Conselho Municipal de Segurança - Lei 4.895/03	2003	Órgão composto de representantes do Poder Público e da sociedade civil, com a atribuição de exercer a participação e o controle social dos serviços de segurança prestados no Município.
Gabinete de Gestão Integrada Municipal - Lei 5.828/11	2011	Instância de promoção da articulação conjunta das diversas estratégias de prevenção da violência no Município.

Observatório Municipal de Segurança Pública - Lei 5.828/11	2011	Instância responsável pela gestão e produção de informações sobre segurança pública no âmbito municipal.
Fundo Municipal de Segurança Pública - Lei 6.332/16	2016	Instância destinada ao custeio, manutenção e ao financiamento de ações referentes à política Municipal de Segurança Pública
Secretaria Municipal de Segurança Pública - Lei 6.423/17	2017	Instância responsável por planejar e executar as políticas públicas de segurança, com foco na prevenção e pacificação social, atuando prioritariamente no combate às causas da violência e na ação estratégica da Guarda Municipal.
Pacto Pelotas Pela Paz	2017	Conjunto de estratégias e projetos, elaborados pelo Executivo Municipal, com o objetivo de reduzir a violência e promover uma cultura de paz no Município.

6. O aumento dos homicídios em Pelotas na segunda década dos anos 2000 e suas circunstâncias

Eles não são empresários. Tampouco usam ternos. Mas comandam uma "firma" que fatura por mês cerca de R\$ 90 mil. O negócio é tão rentável que as duas principais organizações denominadas Taura e Mata Rindo - cada uma com 200 "soldados" prontos para agir - possuem até fuzil no estoque. A guerra entre essas facções do tráfico tem elevado a estatística de homicídios, roubos e furtos no quadro da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Desde o início do ano, até a noite de quinta-feira, 8 de outubro, 72 pessoas foram assassinadas em Pelotas, 9,7% a mais que o total de 2014. A matança aumentou nas últimas semanas, depois da saída de um dos líderes da MR do Presídio Regional de Pelotas (PRP). Ele havia prometido vingar a morte do irmão, assassinado em 2013 com 20 tiros no rosto por integrantes dos Tauras. Tanto a Brigada Militar quanto o titular da Delegacia Especializada em Furtos, Roubos, Entorpecentes e Captura (Defrec), Guilherme Calderipe, não têm dúvidas: há ligação do aumento recente da violência com o tráfico de drogas. Em tom de alerta, Calderipe acrescenta: os integrantes das duas facções são perigosos. E violentos.

Quem mais sofre com o cenário são os moradores das zonas de conflito. Todos preferem a lei que prevalece na periferia: a do silêncio. Longe do perímetro da comunidade e dos olhos dos soldados do tráfico, Marisa - nome fictício para preservar a identidade do morador - começa a conversa explicando o motivo de não falar nas proximidades do bairro. "Eu não quero que pensem que sou X9. Eles têm punição para X9." O castigo para o X9 - expressão que significa "traidor" no vocabulário do crime - vai da humilhação à morte. Marisa conta que no Navegantes, local de domínio das duas facções, o toque de recolher tem sido frequente. "A gente não pode mais ficar na rua com as crianças. Eles vêm de moto e avisam para a gente entrar porque vai dar ruim", explica.

Direta ou indiretamente, a rotina de cerca de 200 mil pelotenses (60% da população) é atingida - às vezes à bala - pelos confrontos em nome de vingança ou manutenção de lucrativas bocas de fumo. São pelo menos seis áreas conflituosas: Navegantes, Dunas, Vasco Pires, Getúlio Vargas, Gotuzzo e Pestano (PIEGAS; VIÊGAS, 2015).

Pelotas viu os índices de homicídio dispararem no ano de 2015 a partir de uma "guerra" entre facções criminais rivais autodenominadas Taura e Mata Rindo, desencadeada pela morte de um dos seus integrantes, ocorrida no ano de 2013. Jackson Fernando Souza dos Santos, na época com 32 anos. Ele foi executado em frente a casa da mãe, no bairro Fragata, com mais de 20 disparos de arma de fogo. Jackson era irmão de Éder Souza dos Santos, atual líder da facção Mata Rindo. Segundo o delegado responsável pela investigação, os integrantes das duas organizações criminosas faziam parte de um único coletivo criminoso destinado à prática do tráfico de drogas e, para tomar o poder de Jackson - tido como liderança - teriam planejado a execução da vítima. Ao tomar conhecimento de que os "parceiros" haviam orquestrado a morte do irmão, Éder - conhecido como Edinho - prometeu vingança. Com isso, os grupos se organizaram dentro e fora do Presídio Regional de Pelotas (PRP) recrutando soldados, adquirindo armamentos, definindo tarefas e pontos de tráfico. De acordo com o titular da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Félix Fernando Rafanhim, o aumento dos homicídios em

Pelotas deu-se dentro deste contexto. “A partir da morte de Jackson Fernando Sousa dos Santos, a cidade de Pelotas e a região sofreram com um forte ciclo de mortes, envolvendo atos de vingança e disputa de espaço entre essas organizações criminosas”, explicou o delegado na época (VIÊGAS, 2019).

Boletim Técnico elaborado pelo Samuel Rivero e Luiz Chies, publicado em 2019, revela que, em Pelotas, a taxa daqueles homicídios que podem ser caracterizados como execuções subiu de 40,2%, em 2017, para 52,87% em 2018, dentre os casos que foram noticiados pelo Jornal Diário Popular (DP).

Caracterizam-se como execuções as mortes violentas que se sugerem ações planejadas, praticadas por um ou mais indivíduos e que têm um alvo específico a ser eliminado. É *modus operandi* típico de disputas envolvendo o tráfico de drogas e as facções criminais.

Trata-se de questão já percebida, inclusive, por autoridades de segurança pública no município, como se identifica na matéria do DP de 17 de maio de 2018: “o Comando-Geral da BM tem conhecimento do aumento dos índices de violência em Pelotas, provocados, principalmente, pela guerra do tráfico”.

(...)

Em Pelotas estes movimentos estão ocorrendo com uma intensidade cada vez maior. O movimento constante de reorganização do crime, na disputa por território e poder, extravasa frequentemente em ondas de conflitos armados e execuções. Produz não só as mortes “esperadas” pelo mundo do crime e invisíveis (ou até mesmo desejadas por parcela da sociedade), mas também seus inevitáveis efeitos colaterais, como execuções por engano, vítimas por balas perdidas e o aumento da sensação de insegurança. As estratégias de Políticas de Segurança precisam encarar esse fenômeno, melhor compreendendo-o e enfrentando-o, com urgência e responsabilidade (RIVERO; CHIES, 2019).

Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS) apontam que no ano de 2002, a cidade registrou 17 homicídios. Dez anos depois, em 2012, o número subiu para 56, tendo uma elevação de 229%. Em 2013, o ano encerrou com 57 vítimas de homicídio doloso. Em sentido ascendente, o ano de 2014 registrou 66 vítimas. Já em 2015, Pelotas ultrapassou a marca dos 100 homicídios com 109 pessoas assassinadas, um aumento de 541% em relação ao ano de 2002. A disputa territorial e o acerto de contas entre diferentes facções criminosas são apontadas pelas autoridades locais como as principais motivações para o aumento da violência no município. Cumpre destacar que, assim como os homicídios, os crimes contra o patrimônio também tiveram elevação, segundo dados da SSP/RS.

No ano de 2016, os homicídios tiveram redução expressiva caindo para 66 vítimas. Entretanto, em 2017, os números voltaram a subir e a cidade registrou o segundo recorde de vítimas, com 111 homicídios, em sua maioria, motivados pelo tráfico de drogas e o crime organizado. No mesmo ano, o executivo municipal iniciou um projeto de prevenção à violência denominado Pacto Pelotas pela Paz, com a finalidade de reduzir a criminalidade na cidade.

Em 2018, ainda considerado alto, o ano encerrou com 75 vítimas, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do RS. Contudo, era o começo de uma tendência de queda que foi se consolidando ano a ano.

No primeiro ano da pandemia de coronavírus, em 2020, Pelotas registrou 29 homicídios dolosos, conforme apontam indicadores criminais da Secretaria de Segurança Pública do estado. A queda foi de 50% em relação ao ano anterior. Nos anos seguintes os números de vítimas de homicídios continuaram caindo na cidade. Em 2021, foram 21 registros e, em 2022, 17, conforme os dados divulgados pela SSP/RS. Os números de 2022 representam uma queda de mais de 70% em relação ao ano de 2019 e de 85% quando comparado ao ano de 2017, ano que teve o maior número de registros.

Notícia veiculada no jornal Zero Hora, em 2018, atribui o elevado número de homicídios registrados nos anos anteriores aos conflitos e disputas diretamente relacionados ao tráfico de drogas na cidade.

As investigações começaram em janeiro deste ano e identificaram organização criminosa que atuava em pelo menos três cidades da região, mas com o núcleo dentro do Presídio Regional de Pelotas. Durante a investigação, a polícia identificou, inclusive, ordens de execução partindo da casa prisional.

— A grande maioria dos homicídios ocorridos em Pelotas têm vinculação direta com o tráfico, portanto, não é novidade que esses dois crimes se liguem na maioria das vezes — afirmou o delegado regional Márcio Steffens.

O policial disse ainda que, além dos assassinatos, o grupo alvo da operação tinha vinculação com crimes patrimoniais, como assaltos. Steffens relatou ainda que a apuração identificou que os bandidos também faziam o aluguel de armas a outros criminosos (GZH, 2018).

Por outro lado, a queda destas ocorrências, conforme a visão expressada por operadores da segurança pública no município, estaria relacionada aos esforços de integração promovidos pela política municipal de segurança, Pacto Pelotas Pela Paz, principalmente entre as polícias civil e militar.

O titular da 18ª Delegacia de Polícia Regional (DPR), Márcio Steffens, atribui a queda nos indicadores às Operações Integradas, realizadas pelos órgãos de Segurança e que fazem parte do projeto municipal Pacto Pelotas pela Paz, e ao trabalho desenvolvido pela Polícia Civil. O comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar (BPM), tenente-coronel Márcio André Facin, considera que a troca de informações e a integração entre as instituições de Segurança refletem nos indicadores do município (VIÉGAS, 2020).

De acordo com as informações divulgadas pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), em 2019, o Brasil registrava uma taxa de 30,5 homicídios para cada 100 mil pessoas, a segunda maior da América do Sul, depois da Venezuela, com 56,8. O país registrou taxas crescentes nos últimos anos, oscilando de 20 a 26 a cada 100 mil

habitantes em 2012, para mais de 30 em 2017⁷. Neste mesmo período, em Pelotas as taxas saltaram de 18, em 2012, para 32,6, em 2017.

Como estratégia de controle e diminuição da violência, em julho de 2017, o governo do estado transferiu 27 lideranças de organizações criminosas do RS para presídios federais, durante a megaoperação denominada *Pulso Firme*. Os destinos das lideranças foram os presídios de Porto Velho, em Rondônia, Mossoró, no Rio Grande do Norte, e Campo Grande, no Mato Grosso do Sul (GZH, 2020).

Entre os transferidos estavam Éder Souza dos Santos, o Edinho – na época recluso no Presídio Regional de Pelotas (PRP) -, Tiago Prestes, o Pasteleiro, uma das lideranças dos Taura, preso na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC), apontado como idealizador do plano de fuga do PRP em que um caminhão em marcha ré derrubou parte da lateral do muro da casa prisional e José Marcelo Reyes, o Camarão, também recluso na PASC na época, considerado liderança dos Taura.

Ainda conforme as informações publicadas no Jornal Zero Hora, em 03 de março de 2020:

Os presos escolhidos para deixar o Estado comandavam o tráfico de drogas, ordenavam execuções, roubos a banco e arquitetavam outros crimes de dentro do sistema prisional. O isolamento destes criminosos foi considerado fundamental para que, naquele ano, o Rio Grande do Sul registrasse a menor taxa de homicídios em uma década (GZH, 2020).

Um estudo conduzido pelo Laboratório de Análise da Violência (LAV), vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e publicado em janeiro de 2020, analisou os resultados e o impacto do programa Pacto Pelotas pela Paz. Além de identificar os pontos fortes e alguns limites da iniciativa do executivo municipal, também verificou estratégias adotadas por outras instituições, como o Poder Judiciário, por exemplo (CANO et al., 2020).

Entre as iniciativas analisadas, o estudo destaca a denominada *dissuasão focalizada*. A referida estratégia é descrita como "uma tentativa de impor maiores custos aos indivíduos ou grupos produtores de violência e/ou oferecer alternativas para a conduta desses atores, de modo a incentivar que eles operem de forma menos violenta sem necessariamente modificar o seu estilo de vida" (CANO et al., 2020).

O relatório explica em determinado momento, dentro do contexto de aumento do número de homicídios na cidade, em maio de 2018, que um grupo de representantes da segurança pública local formalizou ao juiz responsável na época, Régis Vanzin, um pedido para que as principais lideranças das facções criminais de Pelotas fossem também

⁷ Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2019/07/brasil-tem-segunda-maior-taxa-de-homicidios-da-amrica-do-sul--diz-relatorio-da-onu.html>

transferidas ao sistema penitenciário federal. Em julho, o pedido foi indeferido e, em setembro do mesmo ano, outro magistrado, Marcelo Malizia Cabral, ingressou no Presídio Regional de Pelotas para conversar com as lideranças. Na época, a imprensa local reportou essa iniciativa nos seguintes termos:

A Vara Regional de Execuções Criminais (VEC) de Pelotas definiu que presos ligados a organizações criminosas não recebem os benefícios da saída temporária, uso de tornozeleira eletrônica, prisão domiciliar e livramento condicional - mesmo que o tempo de pena cumprida autorize tais direitos. Além do tempo, a VEC, para autorizar os benefícios, analisa os requisitos subjetivos, como merecimento, periculosidade e a intenção do detento.

A iniciativa do juiz Marcelo Malizia Cabral visa a redução da criminalidade e a desarticulação do crime organizado, e impõe mais rigidez para integrantes de facções. "É uma escolha do apenado. Quem se associa a esses grupos não está interessado na ressocialização, portanto, sem os benefícios", disse Marcelo.

O magistrado que está há dez meses à frente da VEC, explicou que a decisão foi tomada após constatação do alto número de fugas de presos que integram organizações criminosas durante saídas temporárias e práticas de criminosas enquanto cumpriam prisão domiciliar e recebiam livramento condicional. Antes, todos os presos - ligados ou não a facções - recebiam o mesmo tratamento. Agora, porém, está mais severo para aqueles que integram grupos. De acordo com o magistrado, não importa a hierarquia do preso dentro da organização, caso "trabalhe" para os grupos, cumprirá toda a pena dentro do presídio. "Tenho certeza de que com essas medidas a criminalidade em Pelotas vai continuar em queda".

Marcelo reconhece que, com a medida, a população carcerária do Presídio Regional de Pelotas (PRP) deve aumentar ainda mais. Entretanto, conforme o juiz, a escolha entre manter a cadeia - que já enfrenta superlotação com 1,1 mil presos - e a segurança da comunidade, optou pela segunda. "A decisão também visa à segurança da nossa cidade. Manter criminosos ligados a organizações reclusos no PRP e sem qualquer benefício traz reflexos nos índices de criminalidade." Apesar de as quatro galerias do Presídio de Pelotas estarem dominadas por organizações criminosas, o juiz disse que o Núcleo de Inteligência do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado, formado por policiais da Brigada Militar (BM), estão fazendo um levantamento dos apenados que integram esses grupos. "Todos serão identificados", afirmou o magistrado.

Além da medida de restringir os benefícios, a VEC Regional já transferiu todas as possíveis lideranças das organizações do PRP para manter a ordem e a disciplina na cadeia. Segundo Cabral, alguns líderes, inclusive, foram transferidos de forma definitiva para outras penitenciárias (VIÉGAS, 2019, p.31).

Em conclusão, a análise da iniciativa promovida pelos pesquisadores do LAV apontou uma série de fortalezas e fraquezas. Indicou que a proposta de dissuasão focalizada, apesar de oferecer grande potencial para a redução de violências em um curto prazo, especialmente os homicídios, apresentava fragilidades como o fortalecimento das lideranças e das próprias facções na cidade.

Na sequência, em fevereiro de 2019, o governo do estado implementou a política denominada *RS Seguro - Programa Transversal e Estruturante de Segurança Pública*, para o enfrentamento da violência no Rio Grande do Sul. A iniciativa surgiu com o objetivo de desenvolver um trabalho integrado, priorizando a articulação de esforços entre os agentes

de segurança pública, com foco, inicialmente, em 18 municípios considerados os mais violentos do estado. O critério para definição dos municípios considerados prioritários no RS Seguro levou em consideração um fator principal e dois secundários. Primeiramente, foram identificados os municípios mais populosos (acima de 65 mil habitantes) que concentraram 80% das mortes violentas do Estado nos últimos dez anos. Também foi considerado, para fins de escolha dos municípios alvo, as localidades com taxas de homicídios superiores a 30 para cada 100 mil habitantes, além de um número médio de mortes violentas superior a 50 por ano em um dos seguintes períodos avaliados: 2009-2018 e 2014-2018.

Após o levantamento empreendido, o governo do estado diagnosticou que 18 municípios acumulavam quase 90% dos roubos de veículos e 83% dos roubos, além de mais de 70% dos crimes contra a vida no RS - Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Capão da Canoa, Caxias do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Tramandaí e Viamão.

Em 2020, os critérios de avaliação foram atualizados e mais cinco municípios passaram também a fazer parte do programa - Bento Gonçalves, Cruz Alta, Farroupilha, Ijuí, Lajeado -, totalizando atualmente 23.

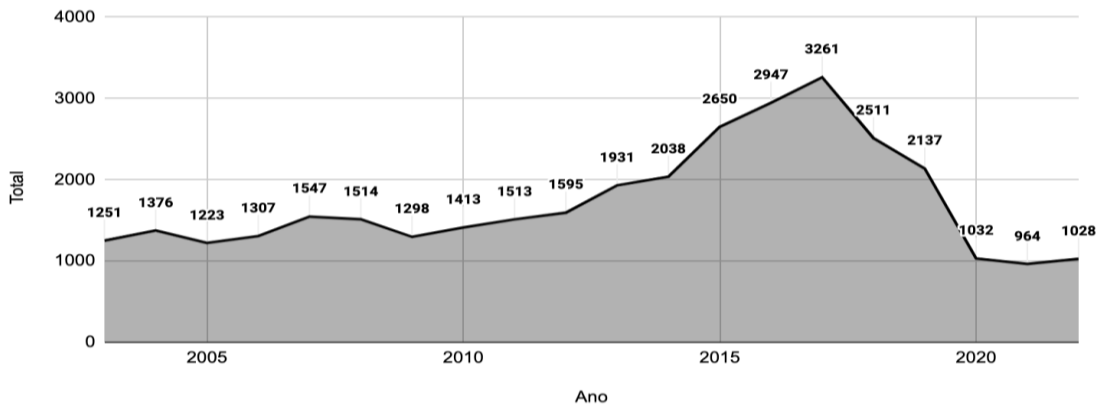
7. Mudanças na cena criminal de Pelotas pela visão de diferentes atores

Ao longo das últimas décadas, a cena criminal de Pelotas sofreu diferentes mudanças e transformações, muitas delas relacionadas às próprias tendências anteriormente identificadas nos cenários nacional e estadual. Neste capítulo iremos apresentar dois grupos de informações que irão nos auxiliar a visualizar tais mudanças: dados quantitativos das ocorrências de crimes patrimoniais e a visão de diferentes atores do campo da segurança pública e da justiça criminal com atuação no município.

Os dados quantitativos serão apresentados na forma de sete gráficos (GRÁFICOS 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8) com os acumulados de registros por ano, de 2003 a 2022, das seguintes ocorrências de crimes patrimoniais: a) roubo a pedestre; b) roubo a estabelecimento comercial e financeiro; c) roubo a residência; d) furto a residência; e) roubo de veículo; f) furto de veículo; g) roubo a transporte público e coletivo. Tais dados fazem parte da base de dados do Observatório de Segurança Pública e Prevenção Social de Pelotas, criado em 2017 com o propósito de realizar a organização e divulgação dos dados de segurança pública, justiça criminal e prevenção social da cidade de Pelotas.

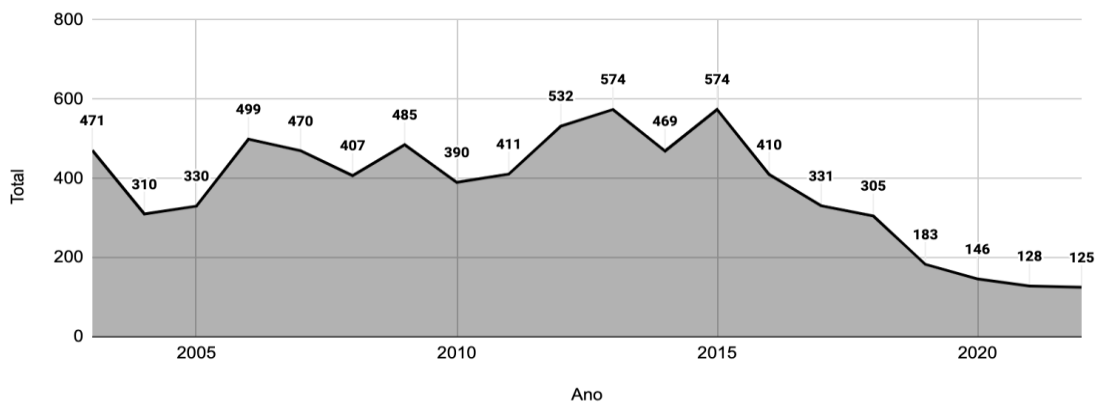
Esse conjunto de indicadores criminais é monitorado semanalmente pelo Observatório, que faz a extração e análise dos dados a partir da plataforma Consultas Integradas que reúne informações disponibilizadas por diferentes órgãos do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse caso, em específico, os dados primários são os Boletins de Ocorrências registrados pela Polícia Civil. Conforme a metodologia de monitoramento adotada pelo Observatório (Decreto n. 6.443/2021), os indicadores de crimes patrimoniais foram definidos a partir de uma pesquisa de vitimização realizada na cidade de Pelotas, em 2017, e dos dados disponíveis na referida plataforma estadual.

GRÁFICO 2 - Total de registros de ocorrências de roubo a pedestre por ano (2003 a 2022)



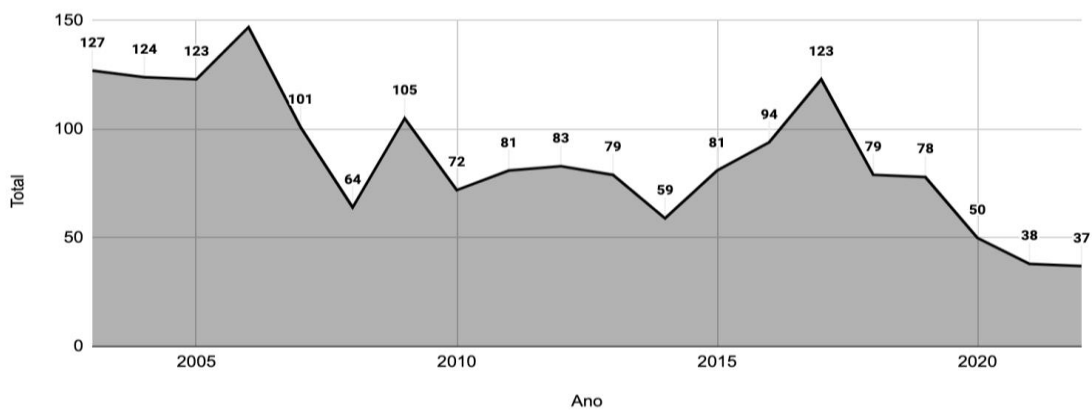
Fonte: Observatório de Segurança Pública e Prevenção Social de Pelotas, 2023.

GRÁFICO 3 - Total de registros de ocorrências de roubo a estabelecimento comercial e financeiro por ano (2003 a 2022)



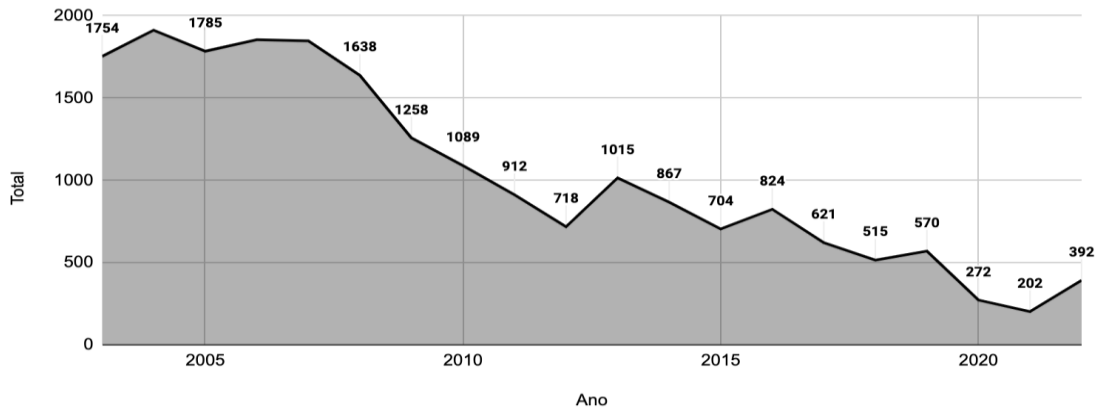
Fonte: Observatório de Segurança Pública e Prevenção Social de Pelotas, 2023.

GRÁFICO 4 - Total de registros de ocorrências de roubo a residência por ano (2003 a 2022)



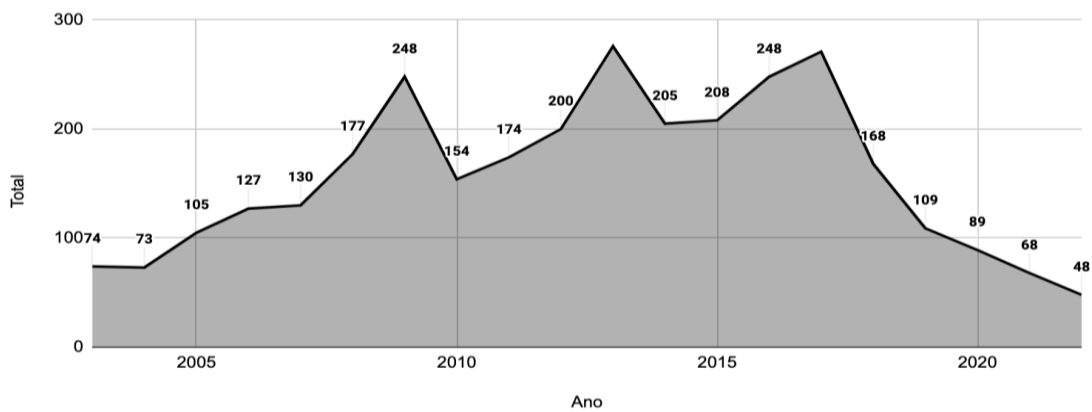
Fonte: Observatório de Segurança Pública e Prevenção Social de Pelotas, 2023.

GRÁFICO 5 - Total de registros de ocorrências de furto a residência por ano (2003 a 2022)



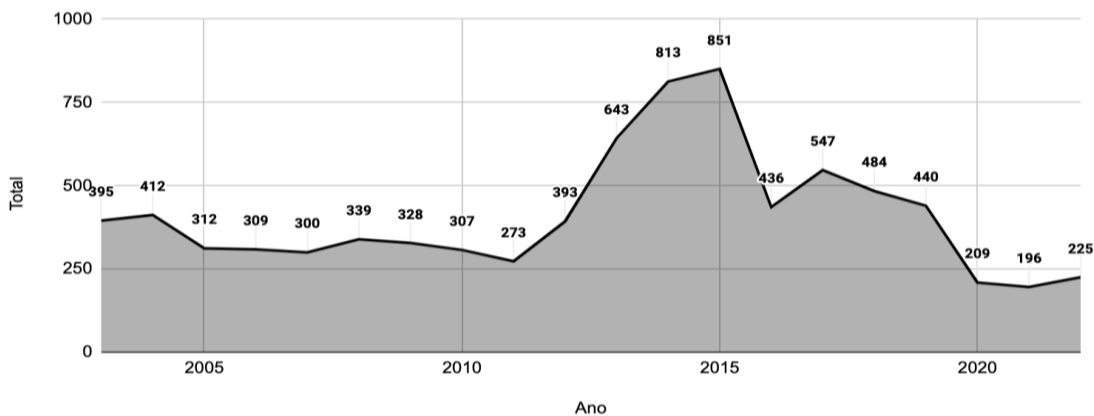
Fonte: Observatório de Segurança Pública e Prevenção Social de Pelotas, 2023.

GRÁFICO 6 - Total de registros de ocorrências de roubo de veículos por ano (2003 a 2022)



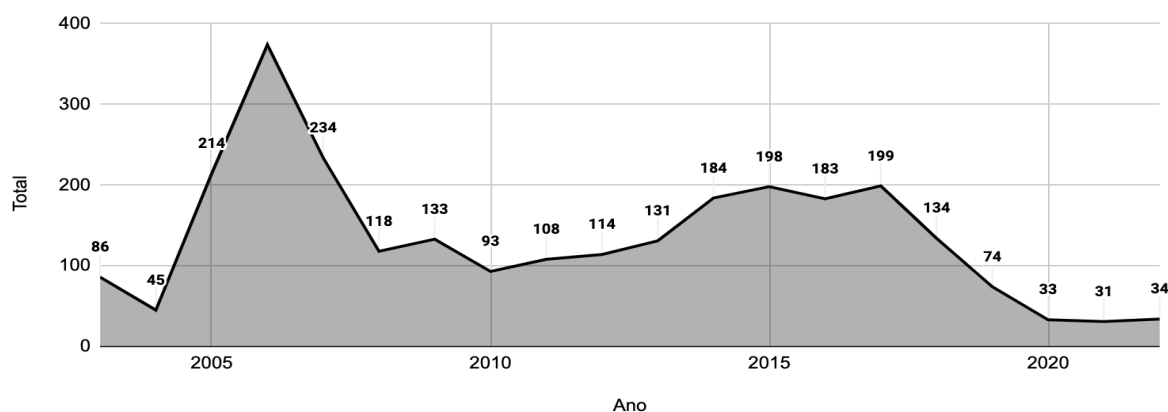
Fonte: Observatório de Segurança Pública e Prevenção Social de Pelotas, 2023.

GRÁFICO 7 - Total de registros de ocorrências de furto de veículos por ano (2003 a 2022)



Fonte: Observatório de Segurança Pública e Prevenção Social de Pelotas, 2023.

GRÁFICO 8 - Total de registros de ocorrências de roubo a transporte público e coletivo por ano (2003 a 2022)



Fonte: Observatório de Segurança Pública e Prevenção Social de Pelotas, 2023.

Ainda que cada ocorrência possua suas próprias características, podendo ser influenciada por diferentes fatores, é possível identificar alguns padrões nestes sete gráficos com os quantitativos acumulados ao longo do período de 2003 a 2022. Todos indicadores apresentam certa queda ao longo dos últimos anos, especialmente quando comparados com os acumulados dos anos mais próximos a 2015, período em que a maioria dos indicadores aparecem em elevação.

Conforme pudemos verificar no QUADRO 5, no capítulo 5 deste relatório, no ano de 2017 o Poder Executivo do Município de Pelotas implementou duas iniciativas diretamente relacionadas ao tema da violência e da criminalidade. Foi criada a primeira Secretaria Municipal de Segurança Pública, instância responsável por planejar e executar as políticas públicas de segurança e, na sequência, o conjunto de estratégias com o objetivo de reduzir a violência e promover uma cultura de paz no Município, denominada de Pacto Pelotas Pela Paz.

Como forma de identificar possíveis mudanças na recente cena criminal de Pelotas, também buscamos a visão de diferentes atores do campo da segurança pública e da justiça criminal com atuação no município. São percepções construídas a partir de suas vivências pessoais e profissionais, alternando pontos de vista, referenciais e leituras da realidade sob diversos enfoques.

Optamos por transcrever as entrevistas como forma de manter tais visões e percepções o mais fiel possível à fala de cada um dos atores ouvidos. Vez ou outra fizemos pequenos apontamentos e contextualizações, com o objetivo de estabelecer conexões com a realidade identificada nos cenários mais amplos do país e do estado, assim como também com os modelos de explicação anteriormente apresentados.

Assim, iremos apresentar na sequência as percepções de um magistrado estadual; de um promotor de justiça aposentado; de um delegado da Polícia Federal; de um delegado da Polícia Civil; de uma servidora do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case); e de uma servidora da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE).

As mudanças na cena criminal de Pelotas pela visão de um juiz de direito

O magistrado começou sua carreira em 1982. Possui uma longa experiência na magistratura, tendo atuado tanto em uma vara criminal, quanto em uma vara de execuções criminais na comarca de Pelotas.

Durante a entrevista, que durou aproximadamente 1 hora, o magistrado falou sobre suas experiências na condução de processos criminais e suas percepções em relação às mudanças da cena criminal na cidade. Na sua avaliação, houve, especialmente, ao longo da última década, uma organização do crime.

Uma das primeiras questões, talvez a fundamental, é que as chamadas organizações criminosas eram restritas ao eixo Rio/São Paulo. E isso foi se estendendo para outros locais. Temos facções em locais que não existiam. O crime se organizou mais. Se organizou em grupo, era o assaltante, batedor de carteira. Agora não, são grupos. [Houve um] fortalecimento das organizações. O sistema penitenciário é caótico quase por definição. E até dá para dizer que não é problema só do Brasil. O que que acontece? Falta de investimento público. Praticamente não há investimento. É só entrar no PRP [Presídio Regional de Pelotas] e ver que tudo é antigo lá. Há problemas frequentes. Falta de algumas coisas que demandam recursos públicos e, como o investimento na estrutura penitenciária não produz muito efeito do ponto de vista eleitoral, então, não ganha voto. E, muito pelo contrário, de modo geral, as pessoas acreditam que é isso. Que o preso deve pagar pelo o que fez. Esse discurso moralista e totalmente fora da realidade.

Sobre as possíveis causas para as mudanças criminais, o magistrado aponta a desigualdade social e econômica da população. O que poderíamos conectar com o que Michel Misse chama de acumulação social de desigualdades, como já tivemos a oportunidade de explorar no capítulo 2 deste relatório.

É preciso observar que os presídios são consequências. A causa do crime é a falta de tudo. Por exemplo, a falta de condições econômicas, a falta de políticas públicas, de estímulo à educação, de uma diminuição da desigualdade social. Lá em 1982, acredito que a criminalidade não era tão alta porque existiam menos pessoas, a desigualdade era menos pior do que é hoje. Essas são as causas da criminalidade. Pessoas jovens entrando no sistema em que um jovem se envolve no tráfico. O `aviãozinho`, que acaba sendo preso por tráfico, vai conviver com pessoas mais perigosas, mais experientes e vai sair do presídio pior do que entrou. E, inclusive, querendo aplicar a experiência que teve no sistema.

Ainda conforme o magistrado, os jovens são a maioria dos que ingressam no mundo do crime. "De forma geral, são bem jovens os que ingressam no sistema. (...) São jovens, na faixa dos 18 aos 28 anos" explicou.

Além de uma forma de sobrevivência, o magistrado também identifica a busca por outros elementos no mundo do crime, que podem ser classificados dentro da perspectiva por busca de reconhecimento e identidade apontados por Rodrigo Azevedo e Sérgio Adorno.

Em geral, associada a ideia de convivência com indivíduos mais perigosos, ainda há o fato que ele [o jovem] percebe no tráfico uma oportunidade que não tem na sociedade formal. Ideia de adquirir o tênis da moda, de comprar o que eles desejam, de se inserir - de certa forma - na sociedade. A visão é essa: eu não posso frequentar a escola, eu como mal, minha família está mal. A saída é essa, não tem outra. E isso, na verdade, não está fora. Lembro que eu fazia entrevistas no presídio, reuniões administrativas. É uma coisa impressionante: Profissão? Não tem. Eles dizem aquilo que vem na cabeça. Dificilmente tem uma profissão. Até porque na maioria, a única oportunidade foi trabalhar como pedreiro ou para o tráfico, praticando furtos, roubos e homicídios.

Quanto à incidência de crimes diversos ao de homicídio, o magistrado avalia que a tendência é de queda e atribui a diminuição ao trabalho dos órgãos de Segurança Pública. "Com relação aos outros delitos, eu acredito, pelas informações que eu tenho, posso estar enganado, não houve alteração significativa. Quer dizer, uma tendência de queda, talvez, pela ação da polícia, investigações policiais bem conduzidas, enfim, uma série de razões", finalizou.

As mudanças na cena criminal de Pelotas pela visão de um ex-promotor de Justiça

O Promotor de Justiça ingressou no Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul no ano em que foi promulgada a Constituição Federal de 1988. Atuou em comarcas do interior do estado do Rio Grande do Sul e, a partir de 1991, fixou-se na cidade de Pelotas. Teve a oportunidade de passar por diferentes promotorias, como a da infância e juventude, criminal e de execução criminal, com diversas atuações no Tribunal do Júri.

Durante a entrevista, ocorrida em de 2022, em seu apartamento, o Promotor falou sobre as suas percepções na mudança da cena criminal de Pelotas, bem como sobre o comportamento do indivíduo que pratica crimes.

Como o senhor avalia as mudanças na cena criminal de Pelotas nesses anos de atuação como promotor de justiça? O senhor considera que houve mudanças?

Trabalhei quase toda minha vida em promotorias criminais. Entrei no MP [Ministério Público] em 1988. De lá pra cá, o perfil mudou totalmente. No início eram lesões corporais, furto, coisas pequenas. Isso lá em 1991. Pelotas era assim: havia homicídio mas era passional, briga de baile. Situações eventuais. Nos anos 1990 e 2000, aqui nem tinha organização. O que tinha eram gangues no Navegantes, Pestano [bairros do município de Pelotas]... mas nada com essa organização. Era tudo diferente. Eram 20 homicídios por ano. Um júri [Sessão do Tribunal do Júri, órgão judiciário responsável pelo julgamento dos crimes dolosos contra a vida] por

semana e olhe lá. Aqui, hoje, se faz júri todos os dias. E, essa organização, se reflete nos municípios da região.

Lá em 2010, 2011, começou a surgir o crime organizado, incidindo no tráfico, roubo e homicídios. Surgiram as organizações criminosas. Já não é mais aquele que está com ciúmes e mata. Começam as mortes por disputa territorial. Não é mais roubo. É roubo com violência extrema. Foi agravando a característica do criminoso adulto e isso refletiu no menor infrator que antes era magrinho. Hoje é 'bombadão' [referência a um indivíduo forte, musculoso]. Ele rouba e pratica a violência. No CASE [Centro de Atendimento Socioeducativo], já não se pode colocar em qualquer lugar [o adolescente infrator]. O estado pergunta se o adolescente participa de organização criminosa.

Nesse sentido, o hoje ex-promotor de justiça faz um destaque que, para além do tráfico e crimes patrimoniais, a cidade de Pelotas também virou rota para o tráfico de armas devido ao crescimento e fortalecimento das organizações criminosas.

Pelotas também passou a ser centro do tráfico de armas devido à organização do crime. Nossa fronteira facilita isso. E com isso o número de crimes aumentou porque facilitou que as armas chegassem aos grupos. Em determinados períodos (2015 a 2017) Pelotas chegou a registrar 4 ou 5 homicídios por final de semana. Também houveram casos de 3 homicídios entre o final da tarde e à noite.

Diante do cenário de violência extrema, o poder público, as instituições do sistema de justiça e segurança pública começaram a definir estratégias para conter a atuação dos grupos, entre elas, a já referida transferência das lideranças dos grupos organizados que estavam reclusas no Presídio Regional de Pelotas (PRP). Outra estratégia adotada no município de Pelotas foi focar na execução das penas. Além do tempo de cumprimento de pena, o Poder Judiciário, para autorizar progressão de regime e saídas temporárias, por exemplo, leva em consideração alguns requisitos subjetivos, como o bom comportamento carcerário, periculosidade e a intenção do detento. "Dissemos que iríamos transferir eles. Pelotas entrou em escala de transferência de líderes, tanto Taura, quanto Mata Rindo. Membros dos Tauras cumprem pena em Charqueadas [Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas] e presídio federal", explicou.

De acordo com o Promotor de Justiça, no período crítico da violência em Pelotas, tanto ele, quanto um magistrado sofreram ameaças de membros de uma das facções estabelecidas no Presídio Regional de Pelotas. "Numa audiência, um deles me disse: o senhor dá aula na Católica [Universidade Católica de Pelotas], né? O senhor vai todos os dias lá, né? O [magistrado] e eu fomos ameaçados. Não chegamos a usar segurança. Avisamos nossas instituições. Eles disseram que, se não trouxéssemos um deles que estava fora de Pelotas, eles ameaçaram que iam incendiar ônibus e cometer outros crimes. O crime se organizou muito", ressaltou.

Por fim, o Promotor de Justiça também recorda do alto faturamento de uma das organizações criminosas e explica que nas facções há regras muito bem estabelecidas, inclusive com códigos de conduta e estatuto escritos, como já apresentamos no capítulo 3.

"Com um dos presos daqui, a gente encontrou uma caderneta que apontava o faturamento de R\$250 mil por semana. Eles têm regras específicas, código de postura. Entrou, saiu, eles julgam e aplicam as leis próprias", finalizou.

As mudanças na cena criminal de Pelotas pela visão de um delegado da Polícia Federal

O Delegado de Polícia atua na Polícia Federal há 38 anos. Ingressou como agente de Polícia Federal, em 1983, e tornou-se Delegado no ano de 2008. Foi Secretário e Diretor Nacional de Segurança Pública substituto, de 2004 a 2007, em Brasília-DF, além de trabalhar como técnico na área de políticas públicas de prevenção e repressão.

Como delegado da PF, atuou em Foz do Iguaçu-PR, na área de fronteira, depois, foi para Porto Alegre, lotado na área de repressão às drogas, uma das áreas que mais desenvolveu tecnologia e informação ao longo dos últimos anos na instituição, conforme ele fez questão de destacar. Nesse período, também passou pela academia do DEA (Drug Enforcement Administration), nos Estados Unidos, em virtude de parcerias desenvolvidas pelo país com o Brasil na repressão ao tráfico de drogas.

A partir de toda a sua experiência, o delegado inicia a entrevista ressaltando que:

O que se percebe é que, inicialmente, éramos treinados para atuar no tráfico mas, a partir do tráfico (repressão às drogas), vieram outros crimes como lavagem de dinheiro, corrupção, lei das interceptações telefônicas, uma infinidade de alterações legislativas. Eu sou muito claro que o usuário de drogas não é um criminoso. Droga está muito relacionado ao comportamento. Droga é um crime permanente (que se estende pelo tempo), conotação territorial, remete à lavagem de dinheiro. É multidisciplinar. Se percebe o perfil de quem consome e vê que não é o perfil do criminoso. Nem todos que praticam o tráfico são perigosos. Há uma escala no crime de tráfico. Sou crítico da atual lei de drogas.

Com tantos anos de atuação na Polícia Federal, tanto como agente quanto delegado, quais as observações e mudanças que o senhor percebe?

Lá atrás, nos anos de 1982 e 1983, cocaína era quase desconhecida aqui no Brasil. A cocaína era uma coisa que a maioria dos policiais não conhecia. Quando entrei na polícia, nos anos 80, se não me falha a memória, era o Código Penal que previa a tipificação da droga. As drogas que circulavam por aqui eram maconha, sal de anfetamina (que vinha da Argentina), era uma droga injetável e as pessoas ficavam com as pernas e braços inchados, deformados. Depois, no local em que se injetava, necrosava. Era horrível. Lá em 1981, começou a aparecer a cocaína. Já os solventes - cola de sapateiro, loló, lança-perfume - são questões culturais. Nas escolas é importante que os professores, nas aulas de química, ensinem sobre drogas.

A noite londrina (estudei isso junto com a ONU) é uma das noites que mais consome drogas na Europa, quiçá do mundo. Em contrapartida, a noite londrina não é violenta. Lá eles derrubam a lógica drogas versus violência, porque eles têm acesso

à cultura, educação, artes... os freios morais estão bem estruturados. O dinheiro das drogas faz parte do produto interno bruto da Europa.

E no Brasil? Como fica a questão?

No Brasil, o crime foi mudando. Com o surgimento da cocaína, passamos a ter relações com os países produtores - Colômbia, Bolívia e Peru. Historicamente, o Peru é mais na produção de folha e pouco laboratório. Bolívia e Colômbia se notabilizaram pelos laboratórios. Também plantam folha de coca, mas também começaram a produzir a pasta-base e o cloridrato. A diferença é que pasta-base é uma base química e só se presta para ser fumada - o crack, no caso. O processo de refino, momento em que entram éter, acetona e ácido clorídrico, é um processo de mudança de cadeia química, a pasta se transforma em pó.

Anos 80 e 90 é o "boom" da cocaína na América do Sul, onde começa a ganhar espaço e mercado. O destino tem uma dualidade: tráfico para consumo interno e um grande tráfico para os países ricos - Europa e Estados Unidos.

Aí começa a criatividade do crime, começa a estrutura organizacional. Em Novo Hamburgo [município da região metropolitana de Porto Alegre-RS], por exemplo, por ser uma cidade exportadora de calçados, era o meio que o crime encontrou para enviar droga para os Estados Unidos e Europa, em calçados.

O crime precisava de um empresário que exportava de forma lícita por contêineres pelo porto. Uma pessoa para a logística. Já no porto, o container fica rubricado. Tem que ter uma estrutura criminosa dentro do porto. Se percebe o "business" da droga. Se espalha e começa a corrupção de agentes públicos em todos os níveis, surgem mulas, fundo falso etc.

Essas mudanças levam ao tráfico de armas e organização do crime?

Sim. Nessa "vibe" do crime, começou a vir o tráfico de armas, PCC, surgem os cartéis daqui.

Quando entrei na polícia, tínhamos um revólver calibre .38 e, nessa época, o crime usava revólver .38 ou de calibres menores. Com o avanço do tráfico e dos grupos, começaram a aparecer armas de grosso calibre, como submetralhadoras e a polícia teve, também, que passar a utilizar armas. Por quê a polícia começou a usar fuzil? Não é um excesso de violência. É questão de alcance, conflitos a longa distância, 30 metros é um mal necessário. Não foi o Estado que determinou isso, foi o crime organizado que determinou o equilíbrio do conflito.

Nossa região, por ser fronteira, é propícia ao tráfico de armas, o tráfico tem rotas que não são necessariamente rotas lógicas do ponto de vista territorial.

Uruguai, num dado momento, facilitou o ingresso de armas pelo Rio Grande do Sul. Entraram muitas armas, não adianta proibir no Brasil e autorizar no país vizinho. Não faz sentido. Há necessidade de uma cooperação entre os países.

As armas vêm para garantir território mas começam a ser usadas para outros fins. A arma que está com o "soldado" [das facções] não está mais sendo usada apenas a serviço da organização, ele comete roubos, assaltos a banco com essa mesma arma.

Por que é importante combater facções? Porque eles determinam lideranças, subcultura, matam por qualquer coisa, conflitos comunitários.

Um dos grupos que ainda se mantém na cidade de Pelotas possui ligação com uma organização criminosa de Porto Alegre. Há informações de que o grupo local possui vínculos com o PCC (Primeiro Comando da Capital). O senhor confirma esse elo?

Sim. Nossas investigações mostram isso. Não exatamente a presença, mas projeção. Não tem ninguém do PCC aqui. Pode vir um outro membro visitar. Digo projeção pela questão do sistema prisional, porque cumprem pena juntos. Quando estão fora da cadeia fazem uma espécie de agenda. Eles fazem contato com alguma liderança local que esteja em sintonia com eles. Sim, existe, hoje, essa sintonia, essa cooperação do crime.

Quanto à apreensão de mais de 2,7 toneladas de cocaína no Centro de Pelotas? Há informações de que a droga seria do PCC (Primeiro Comando da Capital). Isso é fato?

A droga não tinha destino no Brasil. Se destinava para exportação. Era tráfico internacional. A droga não era do PCC mas, em território brasileiro, estava sob administração compartilhada do PCC. Uma organização internacional queria levar para países da Europa. A estrutura da Europa veio comprar na América do Sul. Uma estrutura da América do Sul diz: levo até a fronteira brasileira. Essa estrutura internacional negocia com o PCC e o PCC fez contatos aqui, recrutaram pessoas aqui. Terceirizaram através de uma espécie de "convênios". Isso explica a projeção.

Em 2020, a partir de uma investigação conduzida pela Polícia Federal de Pelotas, foi realizada a maior apreensão de drogas pela instituição no estado. Na operação foram apreendidas mais de 2,7 toneladas de cocaína pura, localizada dentro de uma casa no centro da cidade.

Em reportagem realizada pelo Jornal Zero Hora⁸, o delegado destacou que Pelotas é um município que hoje faz parte de rotas internacionais do tráfico de drogas, seja pela sua localização próxima ao porto de Rio Grande-RS, como também pela sua infraestrutura.

As mudanças na cena criminal de Pelotas pela visão de um delegado da Polícia Civil

Atua como Delegado de Polícia desde 2010, sempre em Pelotas. Já passou pela Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento de Pelotas (DPPA), pela 2ª Delegacia de Polícia de Pelotas (2ªDP), foi delegado substituto na cidade de Pedro Osório e, desde 2016, é titular da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO).

⁸ Ver: Polícia Federal localiza 2,7 toneladas de cocaína em Pelotas, maior apreensão já feita pela corporação no RS, publicada em 16/11/2021, no Jornal Zero Hora. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/11/policia-federal-localiza-27-toneladas-de-cocaina-em-pelotas-maior-apreensao-ja-feita-pela-corporacao-no-rs-ckw2w6tqb004b014cwupm0y5k.html>

A entrevista ocorreu em de 2022, em seu gabinete, na sede da DRACO.

Quais as avaliações sobre as mudanças na cena criminal local que o senhor percebe nesses 12 anos de atuação como delegado?

A gente percebe que os criminosos acabam mudando um pouco, talvez, pelo modo de persecução penal, porque eles têm várias oportunidades de sair tanto antes quanto depois da condenação. Na pandemia, por exemplo, a gente percebe que praticamente se extinguiu o regime semiaberto. Então, ficam em prisão domiciliar e, mesmo aqueles que usam tornozeleira eletrônica, continuam delinquindo. Mesmo quando estão recolhidos, ficam atuantes no crime.

Os criminosos vão evoluindo conforme a polícia evolui. Quando entrei na Polícia Civil, a Lei de Drogas (11.343/06), era relativamente recente e ela começou a dar penas altas e a impossibilidade, inicialmente, do indivíduo cumprir a pena fora do regime fechado. Essas questões foram modificadas no Poder Judiciário. Mas a lei tinha uma repressão muito forte. E, a partir disso, a gente via que os criminosos que praticavam tráfico de drogas naquela época, começaram a migrar para outros crimes. Naquela época, tínhamos muito mais crimes de roubo. Em interceptações telefônicas, daquela época, pegamos diversos indivíduos falando que tráfico era ruim porque dava muita cadeia e, posteriormente, talvez pela interpretação que o Judiciário deu para a Lei de Drogas, a gente percebeu que os presos começaram a migrar muito para o tráfico de drogas. Os indivíduos que estavam recolhidos por outros crimes, roubo, homicídio, latrocínio e que tinham alguma influência dentro do Presídio Regional de Pelotas (PRP), passaram a ser líderes do tráfico de drogas. Aí cada um ia se organizando internamente e recebendo um "cantinho" da cidade ou dos municípios ao redor de Pelotas para praticar o tráfico de drogas. A influência que tinham autorizava que eles praticassem o tráfico com uma certa relevância.

Essa atuação no tráfico de drogas continua sendo o principal fator da cena criminal?

Atualmente, o tráfico continua sendo bastante relevante no cenário criminal, mas os criminosos têm migrado bastante para o crime de estelionato. A gente percebe que há diversos tipos de golpes sendo praticados por diversos indivíduos que jamais imaginávamos que teriam "feeling" e suporte para crimes que necessitam de um pouco mais de pensamento. O que eles fizeram? Eles repartiram as etapas do estelionato para permitir que um indivíduo que não tinha a menor condição de criar uma ferramenta, para que pudesse participar. O golpe dos nudes, por exemplo. Eles dividem etapas. Alguém cria o perfil, outro faz mapeamento de possíveis vítimas, e outro é responsável por criar as contas bancárias em que o dinheiro será depositado, assim eles dividem. Como a pena do estelionato tem uma pena insignificante, tem tido muitos casos. Para combater esse tipo de crime, a polícia tem focado bastante na lavagem de dinheiro, já que a lavagem de dinheiro e a participação em organização criminosa são crimes que estão em alta, tem uma relevância considerável e resultam em prisões. O aumento do estelionato explica a queda dos roubos, por exemplo. É muito mais fácil aplicar o golpe a sair assaltando. O risco de ser pego é muito menor.

A questão das organizações criminosas, no interior do RS, como Pelotas, nos anos de 1980, 1990 e até 2010, era algo relativamente distante da realidade local. A partir de qual momento a polícia acendeu o alerta para o aparecimento desses grupos?

Num cenário brasileiro, conhecendo os presídios, conheço poucos e todos no RS, a visão que eu tenho é que os criminosos têm muito contato entre eles. Os presídios

estão todos superlotados e, por isso, acabam circulando nas galerias, pavilhões. Quando eles vão para o banho de sol, têm contato com indivíduos de outras galerias.

O fenômeno das organizações criminosas que veio acontecendo no país, que se iniciou com o PCC, foi um espelho para diversos outros grupos menores que foram surgindo pelo país inteiro. No Rio Grande do Sul, é um fenômeno um pouco mais recente se a gente comparar com cidades maiores. A organização deles se deu dentro do presídio e não fora. Eles não se encontram na rua para se organizar. E, uma organização inicial que eles teriam para sobreviver dentro do presídio porque tem que ter algumas regras, acabou virando uma hierarquia que acabou sendo respeitada, também, fora do presídio e, assim, a gente viu o nascimento e crescimento da principal organização criminosa local daqui de Pelotas. Na época em que ela surgiu, cada galeria do PRP criou uma organização criminosa e, com a participação de presos que acabaram sendo deslocados para presídios de alta segurança, foram tendo contato com outros que possuem influência em outras cidades e estados, especialmente, com grupos da região metropolitana de Porto Alegre.

O nascimento de outras organizações criminosas refletiu na guerra do tráfico. Quais os desdobramentos desse fenômeno?

Tivemos um período de guerra do tráfico por conta de tentativas de dominar os pontos de tráfico e disputas pessoais. A maior parte dos líderes já passou em presídio federal ou ainda se mantém por lá.

Hoje em dia eles viram que a guerra ao tráfico não levaria a lugar algum e criaram um "acordo de paz" e cada um deles exercendo uma zona de influência. Hoje eles têm uma organização por zona de influência em relação ao tráfico. A gente verifica que, hoje, o estelionato, corre bem ao lado do tráfico dentro dos presídios. O tráfico não para por conta de haver consumo. O estelionato, talvez, seja o carro chefe dos grupos criminosos. Nesse sentido, a gente percebe que os criminosos acabaram usando essa nomenclatura do crime para, talvez, barrar outros grupos de fora do município.

No sentido do nascimento e crescimento das organizações criminosas como uma das principais mudanças da cena criminal local é sabido que há alianças entre os grupos. Mais especificamente, o senhor tem conhecimento de vínculos com o PCC?

Sim, existe o PCC no estado. O PCC tem ramificações, especialmente, em Santa Catarina e muitos dos nossos presos já passaram por presídios de lá. Assim como temos presos aqui oriundos de Santa Catarina. Sim, existem indivíduos com vínculos com o PCC.

O que a gente vislumbra é que as organizações maiores buscam controle do tráfico internacional, que é o que mais dá lucratividade. Uma coisa é vender a droga em reais, outra é vender em euro, dólar. Não existe cocaína plantada e refinada na Europa. O PCC tem a intenção de dominar o tráfico internacional no Brasil. Historicamente, eles iniciaram pelo Porto de Santos [em São Paulo], depois para o Porto de Itajaí [em Santa Catarina] e hoje se verificam no Porto de Rio Grande [Rio Grande do Sul]. Por que os criminosos daqui não exportam drogas? Porque não tem contato confiável na outra ponta.

No período em que um dos detentos daqui de Pelotas esteve foragido no Paraguai, ele tinha contato com indivíduos que faziam o tráfico internacional. A gente percebeu

que tinham pessoas daqui de Pelotas que faziam passaporte e iam para a Europa transportando cocaína nas malas. As mulas eram daqui.

Por fim, o delegado indicou, em termos gerais, algumas rotas do tráfico de drogas que passam pelo Brasil, pelo Rio Grande do Sul e por Pelotas.

A cocaína que o Rio Grande do Sul consome vem da Bolívia, atravessa o Paraguai e é consumida aqui. A cocaína que a gente vê nos filmes que é produzida na Colômbia, basicamente abastece o mercado local deles e sobra para México e Estados Unidos.

A maconha que o Rio Grande do Sul consome é produzida no Paraguai e, agora, com a legislação uruguaia autorizando a produção de maconha, eles produzem a parte com mais valor agregado da maconha e utilizam no tráfico internacional, no Brasil. Já no Brasil, ela entra com um valor muito alto. Vem do Uruguai, passa por Pelotas e, além de ser remetida para Santa Catarina, a gente verifica que também vai para outros estados. Envia via Correios, transportadora ou através de mulas mesmo.

As mudanças na cena criminal de Pelotas pela visão de uma servidora do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Pelotas

A Servidora do Case atua há 24 anos e conta que, o que se percebe, principalmente, é que os adolescentes tinham um péssimo comportamento na rua e dentro da unidade. Conforme ela faz questão de destacar, eles eram “violentos na rua e violentíssimos aqui dentro”.

Segundo ela, agora, os adolescentes estão “mais preparados para o crime”. “Enquanto detidos aqui, eles respeitam muito e têm um comportamento muito melhor. Não tivemos eventos de violência nos últimos anos porque eles têm esse entendimento: aqui dentro ficam numa boa. Na rua é que a coisa pega”, comentou.

Nos 24 anos de CASE, a senhora percebe alguma mudança?

Nos atos infracionais, eu diria que sim, que houve uma mudança. Antes, eles entravam por atos análogos a furto e roubo. Hoje em dia, a maior parte dos gurus que estão aqui são por atos infracionais análogos aos crimes de homicídio, latrocínio e estupro.

Nesse sentido, também se percebe a presença das “fações”. Tivemos vários meninos que saíram daqui e foram mortos pelo grupo rival. Executados, inclusive, na esquina do CASE.

Aqui dentro eles manifestam o pertencimento a esses grupos e, por isso, não são colocados nos mesmos dormitórios e alas. Na época dos “Manos” [fação criminal da região metropolitana de Porto Alegre], eles não ficavam no mesmo grupo da organização rival.

A idade deles é de 16 a 17 anos, mas tivemos meninos de 12 e 13 anos por ato infracional análogo a homicídio. Ocorre também de um maior cometer o crime e o menor assumir a autoria. Tem guris que a gente viu crescer aqui dentro e morrer aqui na volta.

Qual o perfil dos adolescentes que retornam ao sistema?

Tem um perfil de jovens que a gente sabe que vai voltar. É aquele que tem uma família complicada, mãe e pai viciados, ausentes, negligentes, que não tem uma estrutura familiar forte. Quando tem uma família muito deficitária, ele volta pra cá e fica no crime. Muitos adolescentes que estão aqui, o pai estava preso, o tio preso e a mãe está acostumada com essa situação. Também há aqueles que a gente encontra na rua e ele está com uma família e estão trabalhando.

Os adolescentes não têm “força” dentro da organização criminosa. Eles são instrumentos. Salvo, um ou outro, como é o caso de um jovem de Porto Alegre que estava aqui e era apadrinhado por uma pessoa grande dentro de uma organização criminosa e isso dava a ele um certo “poder” de votação.

Aqui há diversos jovens tatuados com imagens relacionadas aos grupos criminosos, como, por exemplo, o Taz Mania com duas pistolas [tatuagem que representa os integrantes da facção criminal baseada em Pelotas, denominada como Taura].

Já passei por vários motins, colocaram um estoque [faca artesanal] no meu pescoço. Não tive medo porque eu conhecia e conheço os meninos. Eles queriam fugir.

A última vez que teve uma tentativa de fuga, no ano passado [2021], eles negociaram com a gente e desistiram do plano de fuga. Os jovens estão mais espertos, mais maduros.

Como ocorre o acesso às drogas dentro do CASE?

Claro que entra, a gente sabe que entra, mas com a determinação da revista humanizada, a gente não tem como saber porque não temos o scanner corporal que identifica objetos no corpo das visitas.

De forma geral, as mulheres, por exemplo, trazem as drogas introduzidas na vagina, elas tiram no banheiro e o adolescente engole com água ou refrigerante. Também acontece com o adolescente que vem da externa [passou o dia fora] e engole.

Aquele que não tem a droga, ele troca o que tiver por uma porção de maconha.

Muitos adolescentes pedem para não sair porque sabem que na rua podem ser mortos.

Teve um menino que, antes de sair, me pediu desculpas pelos tumultos e mau comportamento durante o período que esteve aqui dentro. Isso foi numa quinta-feira. No sábado, ele foi morto com 17 tiros.

Aqui e em todo estado do RS eles não recebem visita íntima.

Por fim, como é a lotação CASE, em Pelotas?

Atualmente, 38 adolescentes estão cumprindo medida socioeducativa no Case Pelotas. Entretanto, a realidade não era essa. Houve períodos em que estiveram no local 102 jovens. O Case possui 40 dormitórios. “Os juízes daqui não estão dando mole. Estão determinando a internação dos adolescentes”.

O adolescente que entra numa facção e tenta sair, se torna desafeto. “Integrar uma facção é status para esses adolescentes. Quando um guri rouba um tênis é porque ele queria a vida daquele “boy”. É uma forma de tentar se inserir na sociedade e ser aceito, ser visto.

As mudanças na cena criminal de Pelotas pela visão de uma servidora da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe)

Ingressou na Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) em 2010 e, desde 2015, atua em Pelotas. Atualmente é delegada penitenciária da 5ª região, responsável por seis estabelecimentos prisionais da região sul, localizados em Pelotas, Rio Grande, Camaquã, Santa Vitória do Palmar, Canguçu e Jaguarão.

Conforme a delegada, há uma mudança no perfil dos presos. Segundo ela, uma maior influência das organizações criminosas. No sentido de mudança, ela também destaca a superlotação - o PRP tem capacidade para 382 pessoas, mas já chegou a abrigar 1.100. Atualmente, a superlotação vem sendo reduzida, de acordo com ela, através de medidas, tanto do Poder Judiciário, quanto por investimentos do governo do estado.

A servidora é reticente ao falar sobre o movimento das organizações criminosas dentro do Presídio Regional de Pelotas, bem como dados referentes ao sistema penitenciário. Ela prefere falar sobre as ações do estado no combate à criminalidade e as ações realizadas nesse sentido.

Questionada sobre quantas organizações criminosas já foram formadas dentro da unidade prisional e quantas ainda estão em atividade, ela disse que prefere não falar sobre o assunto.

Não gostaria de citar quantas organizações criminosas temos dentro da casa prisional. Acredito que esse tipo de organização, ela acontece de acordo com a conveniência das pessoas que cometem a criminalidade. Tivemos pessoas que se intitulam pertencentes a várias facções. Hoje tem predomínio de 3, mas não quero falar sobre isso.

Atualmente, o Presídio Regional de Pelotas abriga 687 detentos. A grande maioria está em regime fechado. A maior incidência de crimes é o tráfico de drogas. Ao ser perguntada sobre dados mais antigos relacionados ao PRP, a Delegada Regional disse: “Não temos dados de quando a cadeia foi inaugurada”.

Em 2016, um caminhão em marcha à ré destruiu parte do muro do PRP e, numa atuação “cinematográfica”, resgatou 6 lideranças da organização criminosa denominada Taura. Na ocasião, houve confronto com agentes da SUSEPE. Com o resgate, segundo a Delegada Regional, houve - de certa forma - um fortalecimento do grupo dentro e fora da cadeia, no sentido de ter alcançado um objetivo e desafiado o estado. Ressalta ela que os presos “foram mais capazes que o estado e a casa prisional fica numa maior vulnerabilidade, mas passado esse momento e com a atuação das gestões, tudo voltou à normalidade”.

De 2016 até agora, 2022, não houve casos de rebeliões e motins de grande proporções, algumas situações pontuais mas pequenas. A senhora considera que essa calma tem relação com a organização dos grupos?

Eu acho que não existe um fato isolado que contribui para isso, mas quando assumimos a administração em 2019, o PRP passou por uma intervenção da SUSEPE por conta da instabilidade na casa prisional. Foram colocados procedimentos de ordem e disciplina e essa medida continua sendo aplicada. Além disso, existe um trabalho bem forte da área de inteligência e do nosso setor de disciplina. Também temos um trabalho integrado com a Brigada Militar e a Polícia Civil. Todas essas medidas contribuem para que a casa prisional fique estável. É inegável destacar o programa Pacto Pelotas pela Paz e a atuação do Judiciário que tem feito uma avaliação do perfil dos presos que o PRP é capaz de abrigar.

E, para finalizar, na sua visão, qual é o perfil de preso que o PRP é capaz de abrigar?

Nós precisamos ter um perfil de apenado que não tenha e não seja liderança negativa, uma liderança de facção criminosa. Não estamos recebendo esse tipo de preso.

Estas seis breves visões de alguns operadores e operadoras da segurança pública e do sistema de justiça criminal mostram apenas alguns aspectos da complexidade da cena criminal de Pelotas. Suas avaliações e percepções estão, em sua maioria, localizadas na história recente, nos últimos 10 e 20 anos, período em que desempenharam as suas atividades.

Contudo, elas nos permitem construir um panorama de algumas mudanças que vêm ocorrendo na realidade criminal da cidade, assim como traçar conexões com as realidades do estado e do próprio país. Organização do mundo do crime. Surgimento e fortalecimento das facções criminais de base prisional. Mudanças no perfil dos crimes cometidos, migrando de crimes patrimoniais para homicídios e tráfico de drogas. Conexões com outros grupos criminais e a inserção da cidade em rotas importantes do tráfico. Precariedade das unidades de cumprimento de pena, tanto para os adultos, quanto para os jovens infratores.

Não restam dúvidas que a história da cena criminal de Pelotas ainda é uma história que precisa ser escrita. São muitos os elementos, as informações, as tendências, as influências e os contextos que precisam ser identificados, coletados e analisados. De qualquer forma, podemos dizer que já dispomos de algumas primeiras pistas a serem perseguidas e alguns possíveis caminhos a percorrer.

Esta última etapa do estudo abordou as mudanças na cena criminal de Pelotas, a partir de um conjunto de dados quantitativos de determinados registros de crimes patrimoniais e das perspectivas de diversos atores envolvidos na segurança pública e no sistema de justiça criminal que tiveram ou ainda têm atuação na cidade. Ao analisar essas visões, foi possível identificar uma série de transformações que tiveram impactado a realidade criminal da cidade, bem como estabelecer conexões com os contextos estaduais e nacionais analisados nos capítulos anteriores.

Uma das principais tendências observadas é a na percepção dos atores entrevistados é a crescente organização do mundo do crime em Pelotas. A emergência e o fortalecimento das facções criminais de base prisional têm desempenhado um papel significativo na configuração da dinâmica criminal local. Ainda que seja necessário avançar em pesquisas e estudos que ajudem a compreender melhor essas relações, é possível dizer que atualmente essas organizações têm estabelecido um controle territorial e exercido influência sobre diferentes atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e outros delitos violentos em Pelotas.

Uma mudança importante no perfil dos crimes cometidos também foi destacada pelos entrevistados. Na visão de alguns, em determinado período houve uma migração dos crimes patrimoniais, como furtos e roubos, para delitos mais graves, como homicídios e tráfico de drogas. Esse deslocamento refletiria possíveis transformações nas dinâmicas criminais. Entretanto, ao analisarmos os registros criminais de determinados indicadores de crimes patrimoniais em Pelotas ao longo dos últimos anos não é possível identificar essa possível tendência de deslocamento.

Outro elemento importante identificado pelos entrevistados são as conexões estabelecidas entre grupos criminosos locais e organizações de outras regiões do estado e do país. Essas relações demonstram que Pelotas não é um mero cenário isolado, mas está inserida, por exemplo, em rotas importantes do tráfico de drogas.

Outro aspecto crítico revelado pelas entrevistas é a precariedade das unidades de cumprimento de pena, tanto para os adultos quanto para os jovens infratores. A falta de estrutura adequada, a superlotação e as condições desumanas nessas instalações representam um desafio significativo, seja para a ressocialização dos detentos e a redução da reincidência criminal, como também para a própria contenção da expansão e organização das facções criminais de base prisional.

No entanto, é importante ressaltar que o panorama da cena criminal de Pelotas ainda é complexo e multifacetado. Este estudo representou apenas um primeiro passo na compreensão dessa realidade, fornecendo algumas primeiras pistas e possíveis caminhos a serem explorados em pesquisas futuras.

Para um entendimento mais abrangente, seria necessário realizar uma análise mais aprofundada dos elementos, informações, tendências e influências que moldam a dinâmica criminal da cidade. Além disso, uma abordagem longitudinal, considerando uma perspectiva histórica mais ampla, poderá fornecer insights adicionais sobre as origens e a evolução dessas mudanças.

Os compilados das entrevistas fornecem percepções valiosas sobre a cena criminal de Pelotas ao longo dos últimos anos. Como forma de sistematizar as informações coletadas, podemos agrupá-las da seguinte forma:

- Organização do crime: é possível afirmar que há certo consenso entre as entrevistas de que houve uma organização crescente do crime na cidade, com o surgimento de facções e grupos criminosos. Essa tendência é observada de maneira mais direta tanto pelo Juiz de Direito Paulo Ivan Medeiros quanto pelo ex-promotor de Justiça José Olavo dos Passos.
- Problemas no sistema penitenciário: O sistema penitenciário de Pelotas enfrenta graves problemas estruturais, o que contribui para a precariedade das condições nas prisões. O Juiz Medeiros ressalta essa questão, enfatizando a necessidade de investimento para lidar com o aumento da criminalidade.
- Desigualdade social e econômica: Tanto o Juiz Medeiros quanto o delegado Rafael de Souza Lopes destacam a desigualdade social e econômica como uma das causas para o aumento da criminalidade. A falta de condições econômicas, políticas públicas adequadas e desigualdade social são apontadas como fatores que contribuem para o ingresso de jovens no mundo do crime, conforme a percepção deles.
- Perfil dos criminosos: Os entrevistados concordam que a maioria dos envolvidos no sistema criminal são jovens, com idades entre 18 e 28 anos. Muitos veem no tráfico de drogas uma oportunidade de adquirir bens e se inserir na sociedade, devido às dificuldades em outros aspectos de suas vidas.
- Mudanças na cena criminal: Há uma percepção de transformação significativa na cena criminal de Pelotas ao longo dos anos. O ex-promotor José Olavo dos Passos destaca o surgimento de organizações criminosas, intensificação do tráfico, roubos e homicídios, além da alteração do perfil dos criminosos adultos e dos infratores juvenis. O delegado Robson Robin também testemunha importantes transformações, especialmente no contexto do tráfico de drogas, como o surgimento de novas rotas e o aumento do uso de armas de grosso calibre pelos criminosos.
- Vínculos com o PCC: Existe uma menção aos vínculos entre organizações criminosas locais em Pelotas e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Embora não haja membros do PCC atuando diretamente na cidade, há projeção e cooperação entre as organizações por

meio do sistema prisional e da comunicação entre lideranças, conforme a percepção de alguns dos entrevistados.

Essas informações fornecem uma visão abrangente sobre a situação criminal em Pelotas, incluindo o surgimento de facções, o aumento da violência, o tráfico de drogas e os desafios enfrentados pelas autoridades de segurança pública. Essas informações podem contribuir para o desenvolvimento de pesquisas futuras, tanto oferecendo contexto para análises feitas a partir de outras perspectivas e conjunto de dados, como as de base epidemiológica, quanto para a continuidade de investigações neste mesmo sentido.

Compreender a cena criminal de Pelotas é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e estratégias de segurança mais adequadas. Ao investigar as transformações ocorridas, é possível identificar áreas de intervenção prioritárias, promover a prevenção de crimes e violências, bem como a melhoria da qualidade de vida da população.

Em suma, a cena criminal de Pelotas apresenta desafios significativos, mas também oferece oportunidades para a implementação de abordagens inovadoras e colaborativas. A compreensão dessas mudanças e suas implicações é um passo fundamental para a construção de uma cidade mais segura, justa e resiliente. O trabalho conjunto entre os diversos atores e perspectivas envolvidos, incluindo as autoridades, a sociedade civil e a comunidade acadêmica, é outro elemento essencial nesse processo.

Assim como a história da cena criminal de Pelotas ainda é uma história a ser contada, também podemos dizer que a história da cena criminal do Brasil e do estado do Rio Grande do Sul precisa ser escrita. Dispomos já de muitos elementos, muitos esforços explicativos, muito conhecimento acumulado. Entretanto, muitas conexões ainda precisam ser feitas. É preciso estender o olhar para além do sudeste do país, especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo. É preciso compreender as relações entre as diferentes regiões do Brasil e as peculiaridades de cada lugar.

Gabriel Feltran, ao prefaciar o trabalho de Eugenia Cozzi, adverte que “a violência letal latino-americana é específica e precisa ser pensada de modo diferente de todas as tradições de pensamento do norte global, embora possa se nutrir delas” (COZZI, 2022). Assim, precisamos construir a nossa história sobre as nossas violências e criminalidade, bem como identificar as possíveis explicações para estes fenômenos tão presentes em nossa sociedade.

Para além disso, uma melhor compreensão das violências e da criminalidade no contexto nacional, regional e local ao longo dos últimos 40 anos, como podemos identificar ao longo desta pesquisa inicial, precisa levar em consideração alguns pontos fundamentais.

São eles: a) a ascensão dos mercados ilegais internacionais, com destaque para o tráfico de drogas e, especialmente, o de cocaína a partir do anos 1980; b) a organização do mundo do crime e os elevados lucros obtidos através do tráfico de drogas e outros

mercados ilegais; c) a formação, consolidação e expansão das facções criminais a partir das prisões; d) a reconfiguração dos pequenos grupos criminais locais, localizados nos territórios mais vulneráveis e marginalizados das cidades, sob a influência direta ou indireta de outros grupos criminais; e) a regulação do mundo do crime exercida pelas facções criminais que vão se estabelecendo; f) a captação e recrutamento de uma massa de jovens para operar atividades de base do tráfico de drogas e outras atividades correlatas nas cidades, com o desenvolvimento, em alguns, de comportamentos de extrema violência.

Por fim, esperamos ter conseguido identificar, traduzir e apresentar esse complexo mosaico de informações, avaliações, percepções e realidades que compõem o quadro das tendências da cena criminal do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Pelotas, dentro das últimas quatro décadas. Mais do que uma visão definitiva e completa, oferecemos aqui alguns possíveis caminhos, contextos e diferentes visões. Caminhos que em alguns pontos se conectam e outros se afastam, mas que, acima de tudo, provocam e despertam muitas reflexões.

Referências

ADORNO, Sérgio. Políticas Públicas de Segurança e Justiça Penal. In: **Segurança pública – Cadernos Adenauer IX (2008)**, no 4, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, janeiro 2009, pp. 9 - 27.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Segurança Pública e Justiça Penal no Brasil. In: **Segurança pública – Cadernos Adenauer IX (2008)**, no 4, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, janeiro 2009, pp. 59-69.

AZEVEDO, Rodrigo G.; FAGUNDES, Andréa L. A municipalização da segurança pública no Brasil: pressupostos teóricos e critérios para a implementação de políticas públicas de segurança. In: **Revista de Estudos Criminais**, v. 7, n. 26, p. 89-106.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Modelo de gestão da política prisional** [recurso eletrônico]: Caderno I: fundamentos conceituais e principiológicos/Departamento Penitenciário Nacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário (2008)**. Relatório Final. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

CANO, Ignacio. **Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime**. SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos. Número 5. Ano 3. 2006.

CDE - Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas . **Covid-19 e tráfico de drogas no Brasil: a adaptação do crime organizado e a atuação das forças policiais na pandemia**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2021.

CERQUEIRA, Daniel. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHIES, L. A. B.; RIVERO, S. M. **Facções e cena criminal na Zona Sul do Rio Grande do Sul**. Revista Brasileira de Sociologia [online]. Dossiê Crime Organizado. 2019, v. 7, n. 17: set-dez. pp. 155-183.

CHIES, L. A. B.; RIVERO, S. M. **Análise do protagonismo municipal em políticas de segurança pública na zona sul do Rio Grande do Sul.** Revista Brasileira de Segurança Pública [online]. 2019, v. 13, n. 2. pp. 40-55.

CIPRIANI, Marcelli. **Da ‘Falange Gaúcha’ aos ‘Bala nos Bala’: o surgimento das ‘facções criminais’ em Porto Alegre e sua manifestação atual.** Direito e Democracia (ULBRA), v. 17, p. 105-130, 2017.

CIPRIANI, Marcelli. **Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a “paz” na prisão e a guerra na rua.** São Paulo: Hucitec, 2021.

CORDEIRO, Ricardo. **Morte Matada.** Curitiba: Appris, 2022.

COZZI, Eugenia. **De ladrones a narcos: Violencias, delitos y búsquedas de reconocimiento.** Rosario: Eugenia Cozzi, 2022.

DELGADO, Malu. **Brasil tem pelo menos 83 facções em presídios.** Agência DW. 17 jan. 2017.

DORNELLES, Renato. **Falange Gaúcha: o Presídio Central e a história do crime organizado no RS.** Porto Alegre: Diadorim Editora, 2017.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

FELTRAN, Gabriel et al. **Variações nas taxas de homicídios no Brasil: uma explicação centrada nos conflitos faccionais.** Dilemas - Rev. Estud. Conflito Controle Soc.: Rio de Janeiro, ed. espec. n 4, pp. 311-348, 2022.

FREIRE, Moema Dutra. **Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias.** Revista Brasileira de Segurança Pública: São Paulo, Ano 3, Edição 5, ago/set 2009.

FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018-2021): especial eleições 2022.** São Paulo: FBSP, 2022.

GZH. **Operação contra homicídios e tráfico de drogas prende 15 em Pelotas.** Porto Alegre: Gaúcha ZH, 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/07/operacao-contra-homicidios-e-trafico-de-drogas-prende-15-em-pelotas-cjk3w6i4w01s701qc1um501lq.html>

GZH. **Em 2017, Operação Pulso Firme transferiu 27 líderes de facções do RS para prisões federais.** Porto Alegre: Gaúcha ZH, 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/03/em-2017-operacao-pulso-firme->

transferiu-27-lideres-de-faccoes-do-rs-para-prisoas-federais-ck7bpfsw400r901oa2ovejqtv.html.

IPEA; FBSP, 2019. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019a.

IPEA; FBSP, 2019. **Atlas da violência 2019 - Retratos dos Municípios Brasileiros**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019b.

MANSO, Bruno. **A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

MANSO, Bruno; DIAS, Camila. **A Guerra - A Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Unpublished thesis (PhD), IUPERJ, 1999.

MISSE, Michel. **(Comentários Sobre) O Enigma da Acumulação Social da Violência no Brasil**. Journal of Illicit Economies and Development, 1(2). 2019. DOI: <https://doi.org/10.31389/jied.32>

PIEGAS, Cíntia; VIÊGAS, Giulliane. **Guerra entre facções**. Diário Popular, Pelotas, 10 out. 2015, p. 2-3.

RIBEIRO, Eduardo ; Cano, Ignacio . **Vitimização letal e desigualdade no Brasil: evidências em nível municipal**. Civitas: Revista de Ciências Sociais, v. 16, p. 285, 2016.

RIVERO, Samuel. **A história do Presídio Central e suas relações com as origens das facções**. O Público e o Privado. v. 18 n. 36 mai/ago (2020): Dinâmicas e tendências de violência e segurança na América Latina.

RIVERO, Samuel. **Entre paradigmas e o branding: o case da municipalização da segurança pública em Pelotas-RS**. Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, 2022.

RIVERO, Samuel; CHIES, Luiz. **Homicídios e execuções em Pelotas: Pacto pela Paz e organização do crime**. Pelotas: GESP, 2019. Disponível em: <https://gitep.ucpel.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/Boletim-Tecnico-2019001-homic%C3%ADdios-e-execu%C3%A7%C3%B5es.pdf>.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas.** ESTUDOS AVANÇADOS 21 (61), 2007.

SPANIOL, Marlene Inês; MORAES JÚNIOR, Martim Cabeleira; RODRIGUES, Carlos Roberto Guimarães. **COMO TEM SIDO PLANEJADA A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL? Análise dos Planos e Programas Nacionais de Segurança implantados no período pós-Redemocratização.** São Paulo: Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 14, n. 2, 2020, 100-127.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Segurança pública e violência no Brasil.** In: Segurança pública – Cadernos Adenauer IX (2008), no 4, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, janeiro 2009, pp. 83-95.

TRINDADE, Kálita; MADEIRA, Lígia Mori. **Da Segurança Nacional à Segurança Cidadã e o retorno ao endurecimento penal: uma análise dos planos nacionais de segurança pública no Brasil recente.** In: LIMA, L. L.; PAPI, L. P. (org.). Planejamento e políticas públicas : intencionalidades, processos e resultados [recurso eletrônico]. Porto Alegre : Jacarta, 2020.

ZALUAR, Alba. **Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos.** DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, n. 2, pp. 327-365, 2012.

ZIEBOLD, C., EVANS-LACKO, S., ANDRADE, MCR et al. **Childhood individual and family modifiable risk factors for criminal conviction: a 7-year cohort study from Brazil.** Sci Rep 12, 13381 (2022).<https://doi.org/10.1038/s41598-022-13975-8>